



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**MAYKE EDUARDO DE ARAUJO**

**O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA A FORMAÇÃO DE UM PROFESSOR:** Experiências dos estágios obrigatórios realizados no Colégio Estadual Guilherme Dourado em Araguaína – TO (2018-2019).

**ARAGUAÍNA-TO**

**2021**

**MAYKE EDUARDO DE ARAUJO**

**O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA A FORMAÇÃO DE UM PROFESSOR:** Experiências dos estágios obrigatórios realizados no Colégio Estadual Guilherme Dourado em Araguaína – TO (2018-2019).

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a UFT - Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Araguaína, para obtenção do título de Licenciado em Geografia, sob orientação do professor Alberto Pereira Lopes.

Orientador: Professor Dr. Alberto Pereira Lopes.

**ARAGUAÍNA-TO**

**2021**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- A663e Araujo, Mayke Eduardo de.  
O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA A FORMAÇÃO DE UM  
PROFESSOR: : Experiências dos estágios obrigatórios realizados no Colégio  
Estadual Guilherme Dourado em Araguaína – TO (2018-2019). ./ Mayke Eduardo  
de Araujo. – Araguaína, TO, 2021.  
67 f.  
  
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Araguaína - Curso de Geografia, 2021.  
Orientador: Alberto Pereira Lopes  
  
1. O estágio como componente curricular. 2. A geografia no Brasil. 3. Legislação  
do estágio. 4. Relato de experiência nos estágios obrigatórios. I. Título
- 

**CDD 910**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer  
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A  
violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do  
Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha  
catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a).**

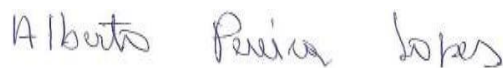
**MAYKE EDUARDO DE ARAUJO**

**O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA A FORMAÇÃO DE UM PROFESSOR:** Experiências dos estágios obrigatórios realizados no Colégio Estadual Guilherme Dourado em Araguaína – TO (2018-2019).

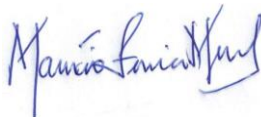
TCC foi avaliado e apresentado à UFT - Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Universitário de Araguaína, Curso de Licenciatura em Geografia, para obtenção do título de licenciado em Geografia e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 26 / 03 / 2021

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes, Orientador, UFT.



Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes, Examinador, UFT.

*“Deixem que o futuro diga a verdade e avalie cada um de acordo com o seu trabalho e realizações. O presente pertence a eles, mas o futuro pelo qual eu sempre trabalhei pertence a mim”. (Nikola Tesla).*

*Dedico este trabalho a minha família, que mesmo em meio as dificuldades impostas pela vida, estão sempre ao meu lado e acompanharam a minha jornada de 4 anos na Universidade Federal do Tocantins.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pois sem que sem ele nada seria possível, e eu não chegaria neste momento tão importante de minha vida.

Em seguida agradeço a Universidade Federal do Tocantins, no campus universitário de Araguaína, unidade cimba, local no qual realizei a minha graduação no decorrer desses 4 anos. A UFT me possibilitou a oportunidade de obter uma formação de nível superior e me proporcionou crescimento intelectual e profissional.

Ao professor Dr. Alberto Pereira Lopes, agradeço pela orientação e pela paciência na construção desse trabalho.

Agradeço a minha família, em especial minha mãe: Maria Helena, minhas irmãs: Janicléia e Jainara, minha avó: Maria Amélia e a minha sobrinha: Júlia, pelo apoio emocional, vocês são a minha força para lutar a cada dia. Também agradeço ao meu tio Advanildo e ao meu padrinho Mayke Eduardo Cruz, que também me deram algum tipo de apoio na graduação.

Sou grato também a alguns professores que de fato contribuíram com a minha formação: Maurício Mendes, Antônia Márcia, Thayssllorranny, Daniel Araujo, Jean Carlos, Airton, Reges Sodré, Elias, Vinicius, Fátima Lima, Thelma Borges e Kênia Costa.

Também reconheço a importância da equipe do Colégio Estadual Guilherme Dourado, onde realizei todos os quatro estágios do curso de Licenciatura em Geografia, e em especial a professora Maria das Neves Sousa Lima, pela parceria e carinho com a minha pessoa.

Agradeço a oportunidade de ter compartilhado momentos com alguns colegas que conheci durante os anos na Universidade: Willianny (minha parceira de estágio), Paula (minha parceira de residência pedagógica). Além desses, também cito os demais colegas com quem tive mais contato na Universidade: Louislane, Matheus Resplandes, Matheus Rodrigues, Alinne, Rodrigo, Wemerson, Poliana, Marcos, e alguns colegas da associação atlética acadêmica do curso de geografia.

A todas as pessoas que compartilharam momentos comigo dentro e fora da UFT, tenham sido esses momentos em aulas a campo, projetos de extensão ou apresentações em eventos. Fica aqui o meu muito obrigado a vocês que contribuíram direta ou indiretamente em minha formação e na elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

## RESUMO

A pesquisa elaborada como trabalho de conclusão de curso trata da experiência dos estágios obrigatórios como elemento formador de um estudante-estagiário e tem como objetivo principal analisar a experiência do estagiário no ambiente escolar e descrever a influência dessa experiência em seu processo de formação como futuro professor de geografia. Para dar início ao trabalho foram realizadas leituras referentes a história da geografia no Brasil, pontuando: o objeto de estudo dessa ciência, a sua chegada ao território brasileiro, a sua (sobre)vivência no período do regime militar brasileiro e sua institucionalização como disciplina escolar e curso superior. Em seguida para qualificar a pesquisa foi realizado o levantamento de informações a respeito da legislação que legitima e estabelece critérios para a realização do estágio como ferramenta educativa de formação profissional no ambiente de trabalho. E por fim foi realizada a coleta de informações expressivas para a realização da experiência prática do estágio, informações essas presentes nos relatórios de estágio do autor do trabalho. O resultado do trabalho foi positivo, pois através da pesquisa foi possível elucidar a nítida importância da construção do vínculo afetivo estabelecido entre o estagiário e a unidade concedente e o impacto positivo da experiência, sob sua percepção como um futuro profissional da área da educação. A categoria de tratamento é estudo de caso, pois apresenta vantagens e desvantagens que podem ocorrer durante a realização da experiência de estágio.

**Palavras-chave:** Geografia. Estágio. Ensino. Formação de Professor.

## **ABSTRACT**

The research developed as a course conclusion paper deals with the experience of mandatory internships as a training element for a student-intern and its main objective is to analyze the experience of the intern in the school environment and describe the influence of this experience in his training process as a future teacher of geography. To start, readings were made referring to the history of geography in Brazil, pointing out: the object of study of this science, its arrival in Brazilian territory, its subsistence during the period of the Brazilian military regime and its institutionalization as a school and higher education subject. Then, in order to qualify the research, information was collected about the legislation that legitimizes and establishes criteria for carrying out the internship as an educational tool for professional training in the workplace. Finally, expressive information was collected to carry out the practical experience of the internship, information present in the internship reports of the author of the work. The result of the work was positive, as through research it was possible to elucidate the clear importance of building the affective bond established between the intern and the granting unit and the positive impact of the experience, under his perception as a future professional in the area of education. The treatment category is a case study, as it has advantages and disadvantages that can occur during the internship experience.

**Keywords:** Geography. Internship. Teaching. Teacher training.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Fluxograma do processo de estágio através das disciplinas ofertadas .....	36
Quadro 01 – Níveis, modalidades de ensino, turmas e quantitativo de alunos por turno ...	42
Figura 02 – Localização do Colégio Estadual Guilherme Dourado em Araguaína-TO .....	43
Quadro 02 – Dependências internas da Escola .....	44
Figura 03 – Biblioteca Escolar .....	45
Figura 04 – Área interna da quadra poliesportiva .....	45
Figura 05 – Coleta seletiva do lixo .....	46
Figura 06 – Mural com os alunos destaques do bimestre .....	47
Figura 07 e Figura 08 – Aula expositiva do projeto de intervenção pedagógica .....	50
Figura 09 e Figura 10 – Aplicação do projeto no Colégio Estadual Guilherme Dourado ...	51
Quadro 03 – Esquema de planejamento dos conteúdos por aula .....	53
Figura 11 e Figura 12 – Aplicação da Gincana de revisão dos conteúdos .....	55

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 A GEOGRAFIA NO BRASIL: UMA BREVE CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA PARA SE PENSAR O ENSINO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR. ...</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Descrição conceitual da Geografia. ....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 A utilidade da Geografia para a sociedade.....</b>	<b>15</b>
<b>2.3 Implantação como disciplina escolar obrigatória. ....</b>	<b>17</b>
<b>2.4 A Implantação dos cursos superiores e a criação das Instituições de incentivo a pesquisas no campo da geografia.....</b>	<b>21</b>
2.4.1 Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e sua importância para a geografia. ....	24
2.4.2 O papel do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sociedade brasileira. ....	25
<b>2.5 A tentativa de substituir as licenciaturas em Geografia pelos Estudos Sociais. ....</b>	<b>25</b>
<b>3 O ESTÁGIO COMO COMPONENTE CURRICULAR PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO DO ESTÁGIO. ....</b>	<b>29</b>
<b>3.1 O estágio como componente curricular. ....</b>	<b>29</b>
<b>3.2 O estágio obrigatório e o estágio não obrigatório. ....</b>	<b>31</b>
<b>3.3 Estágio Supervisionado e o ensino de Geografia na sala de aula. ....</b>	<b>32</b>
3.3.1 As bases legais do estágio. ....	34
<b>3.4 Projetos pedagógicos dos cursos de graduação. ....</b>	<b>35</b>
<b>3.5 Estrutura das disciplinas de estágio na matriz curricular do curso de geografia da UFT - campus de Araguaína (2009).....</b>	<b>36</b>
3.5.1 Ementário dos componentes curriculares – curso de licenciatura em geografia – Universidade Federal do Tocantins (2009). ....	38
<b>4 A EXPERIÊNCIA NOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA (RELATO DE UM ALUNO-ESTAGIÁRIO).....</b>	<b>42</b>
<b>4.1 Estágio Investigativo I. ....</b>	<b>42</b>
<b>4.2 Estágio Investigativo II.....</b>	<b>49</b>
<b>4.3 Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental. ....</b>	<b>52</b>
<b>4.4 Estágio Supervisionado no Ensino Médio. ....</b>	<b>57</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS. ....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>

## **1 INTRODUÇÃO.**

O estágio curricular de um curso de licenciatura é um elemento fundamental no processo de formação profissional. É através desse processo que o estudante desenvolve a sua formação prática, compreendendo a dinâmica educacional, passando a ter contato direto com um ambiente de atuação e com profissionais já formados em sua área de formação, tendo assim a oportunidade de consolidar a aprendizagem de uma profissão.

Pimenta (1995, p. 59) comenta que “o estágio (ou a prática de ensino) em nenhum momento foi considerado desnecessário como elemento formador. Tanto que sempre esteve presente com denominações variadas nos currículos dos cursos”. Subtende-se que esse elemento de formação é importantíssimo para formação de futuros profissionais, através da adaptação a um ambiente de trabalho.

Adentrando na área da educação, o tema escolhido para a abordagem foi ‘estágio’ como elemento de formação profissional, com a intenção de identificar as relações entre as unidades de ensino ‘teoria e prática’ de uma graduação. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é analisar a experiência de um estagiário em um ambiente escolar e descrever a influência dessa experiência em seu processo de formação como um futuro professor, com enfoque nas práticas pedagógicas da experiência do estudante-estagiário no âmbito educacional.

A metodologia utilizada neste trabalho foi construída através das seguintes etapas. Num primeiro momento (entre o autor do trabalho e o orientador), foi discutido e em seguida escolhido o tema central da pesquisa que seria ‘estágio’. Após a escolha do tema, foi-se pensado em quais subtemas deveriam ser abordados na pesquisa, afim de que fosse realizada uma construção temporal do trabalho. Escolheu-se então: a história da geografia no Brasil, a legislação por detrás da atividade de estágio e a experiência de estágio propriamente dita do estudante-estagiário, autor desse trabalho.

Posteriormente para dar-se o embasamento teórico ao trabalho foram realizadas leituras referentes a história da geografia em território brasileiro. Os temas abordados nas leituras foram: o objeto de estudo da geografia, o seu valor para a sociedade, e alguns dos principais eventos históricos da geografia enquanto ciência no Brasil.

Em seguida, na terceira etapa de atuação, foi realizada uma pesquisa a respeito da legislação que respalda e estabelece a realização das atividades de estágio como elemento educativo e formador de profissionais. Nessa etapa, foram coletadas informações a respeito dos

componentes curriculares do estágio, as suas bases legais e as diferenças entre os tipos de estágio obrigatório e optativo.

Por fim, foi realizada a etapa de análise e discussão das principais ações realizadas na escola-campo durante o período dos estágios obrigatórios do curso de geografia, através do relato de experiência do autor. A partir dessa análise foi estabelecida a influência dessa experiência na formação de um estudante e a opção por seguir ou não carreira na área docente, tudo isso através da visão do autor do trabalho.

A pesquisa possui natureza explicativa buscando identificar os fatores determinantes e contribuintes para a ocorrência da atividade de 'estágio'. Se aprofundando na explicação desse fenômeno, utiliza sobretudo o método observacional da experiência vivida pelo autor do trabalho. Tem caráter qualitativo, implicando nas inter-relações entre: pessoas, ações e locais, investigando o fenômeno estudado e atribuindo significado as interações sociais descritas e analisadas através das informações presentes no trabalho.

Dessa forma, o presente estudo surgiu da problemática de buscar qualificar a experiência, executada durante os estágios obrigatórios do curso de geografia, realizados no Colégio Estadual Guilherme Dourado, localizado no município de Araguaína-TO.

O trabalho encontra-se organizado em três capítulos. O primeiro apresenta uma contribuição histórica da geografia no Brasil, conceituando essa ciência e sua utilidade para a sociedade. Posteriormente, serão contextualizados alguns eventos históricos da geografia no Brasil, entre eles: a sua implantação como disciplina escolar obrigatória e a implantação do curso superior de geografia, a criação de IBGE e AGB e a (r)existência da geografia durante o período do regime militar brasileiro.

O segundo capítulo aborda a legislação do estágio, destacando o seu papel como componente curricular e as diferenças entre o estágio obrigatório e o estágio optativo. Posteriormente aborda: as bases legais do estágio e o lugar do estágio nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação. E encerra apresentando a estrutura das disciplinas de estágio na matriz curricular do curso de licenciatura em geografia da UFT - campus de Araguaína.

Por fim, o terceiro capítulo destaca a experiência prática de um estagiário no ensino básico, através das práticas pedagógicas de ensino vivenciadas durante os estágios obrigatórios do curso de licenciatura em geografia. A abordagem se deu através do relato de experiência das ações executadas pelo estudante-estagiário durante o período de vigência dos estágios.

## **2 A GEOGRAFIA NO BRASIL: UMA BREVE CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA PARA SE PENSAR O ENSINO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR.**

### **2.1 Descrição conceitual da Geografia.**

Descrever o que é a geografia a princípio parece uma tarefa simples, uma vez que, a sociedade em geral atribui diversos significados e estereótipos para tentar explicar essa ciência, sendo possível citar alguns dos mais conhecidos: ciência de memorização de dados estatísticos sobre população ou produção, ou ciência da descrição de mapas para identificar a localização de cidades, estados ou países.

De acordo com Goulart et.al. (2011, p. 19).

A geografia tem sido, ao longo de sua história, um conhecimento relegado a condição de inutilidade, ou como diria Lacoste (1976) ‘um saber enciclopédico’. [...] Aprendemos a conviver com as frequentes explicações sobre o que é efetivamente Geografia e a responder com longos comentários quando somos interpelados com perguntas como: ‘Qual a capital da Tanzânia?’; ‘Qual o rio mais extenso do mundo?’; ‘E o ponto culminante da Austrália?’, sem falar na ideia corrente de que sabemos todos os dados numéricos sobre produção e/ou população.

Porém para se definir o que é a geografia e entendê-la, faz-se necessário uma análise criteriosa e com respaldo científico dos aspectos que a caracterizam, a fim de obter-se uma resposta próxima a realidade, no que diz respeito ao que realmente seja essa ciência e a sua função social.

Apesar de popularmente a imagem e a definição de geografia estarem descritas basicamente como uma ciência tradicional de memorização de informações, na prática a diversidade de conhecimentos científicos da geografia vai muito além de um simples estereótipo estabelecido pela sociedade.

Kaercher (2002, p. 224-225) define a geografia como “a ciência que analisa a sociedade e discute as suas mudanças ao longo do tempo no meio em que vive”. É vista também como a ciência da diversidade, abordando aspectos humanos como: cultura, política e religião, além de abranger conhecimentos físicos e biológicos, como: geologia, cartografia e ecologia.

Por tratar-se de uma área heterogênea de conhecimentos, dispõe do mecanismo da interdisciplinaridade, utilizando para os seus estudos diversos agentes sociais. Como já mencionado, trabalha com fenômenos: físicos, biológicos e humanos, buscando assim identificar e explicar as ações realizadas através das inter-relações entre essas áreas científicas.

O campo de conhecimentos da geografia, enquanto ciência humana, busca explicar as dinâmicas sociais envolvidas na construção do processo que gere a vida do homem em seu meio social, e na descrição da relação entre homem e natureza.

Segundo Hartshorne (1978), citado por Azambuja (2009, p. 15)

[...] o objeto da geografia é conhecer a terra em seu caráter total, não em termos de categorias individuais de fenômenos – físicos, biológicos e humanos, dispostos em série, mas em termos de combinações produzidas por eles, porque tais combinações é que criam os diferentes aspectos físicos e humanos que a superfície da terra nos revela [...].

Utiliza o espaço geográfico como o seu objeto de estudos, e dispõe do caráter da pluralidade de saberes, intercalando-se por uma diversidade de conhecimentos científicos. A construção de linhas de estudos interdisciplinares entre as diversas áreas científicas, é o caminho certo para se tentar conhecer completamente o planeta no qual vivemos.

O pesquisador que deseja por tentar entender o Planeta Terra por inteiro, necessita partilhar suas aprendizagens obtidas através de pesquisas científicas e apresentar os resultados obtidos através de suas análises, trabalhando sobre um aspecto interdisciplinar, articulando os diferentes tipos de conhecimentos de modo que consigam dialogar e contemplar-se entre si.

Alguns dos principais conceitos no estudo da geografia estão ligados à área ambiental, como: região natural, gênero de vida e meio, domínios naturais e geossistemas. Essa integração de conceitos biológicos, apontam a Geografia como a ciência que estuda a Terra. (AZAMBUJA, 2009).

Portanto, para se compreender a geografia, é necessário ao geógrafo, estudar e refletir também sobre as demais áreas que dialogam com esta ciência. Através de metodologias interdisciplinares, devemos constantemente buscar obter novos conhecimentos para compreender a sociedade em meio a qual vivemos.

É importante termos consciência de que a história humana acontece em meio ao espaço geográfico, dessa forma percebe-se a importância do objeto de estudo da geografia, já que este é peça chave na construção estrutural e no funcionamento de uma sociedade. MOREIRA (2010).

Segundo Moreira, (2010, p.63):

O espaço é o objeto da geografia. O conhecimento da natureza e das leis do movimento da formação econômico-social por intermédio do espaço é o seu objetivo. O espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da geografia. É a categoria por intermédio da qual se pode dialogar com os demais cientistas que buscam

compreender o movimento do todo da formação econômico-social, cada qual a partir de sua referência analítica.

Possui notória importância social, sujeita a aplicação de seus conhecimentos em estudos multidisciplinares, podendo estes conhecimentos serem desenvolvidos, com impactos fundamentais no processo de operação social e no controle de um povo.

É possível perceber que “a formação espacial é um conceito de totalidade que pode ajudar os geógrafos em sua tarefa de analisar as formas de organização das sociedades nos diferentes tempos da história”. É importante identificar e estabelecer as relações entre os agentes sociais que compõem a geografia. MOREIRA (2010).

Sobre isso, o autor ressalta que:

Uma formação econômico-social tem uma estrutura total formada pelo atravessamento de três níveis de relações (instâncias): uma infra-estrutura (a instância econômica), e duas superestruturas (a instância jurídico-política e a instância cultural-ideológica). (MOREIRA, 2010, p. 70).

O homem utiliza-se da reprodução de diferentes instâncias sociais com o objetivo de construir uma sociedade que consiga prosperar, e para esse fim, acaba por utilizar-se de três instâncias, sendo elas: espacial; social e econômica. Dessa forma, é possível identificar o papel dessa ciência na organização do meio social.

Num sentido amplo dos dias atuais, a geografia é utilizada como meio de identificação e de desvendamento sobre as máscaras sociais de uma sociedade, conforme afirma Moreira (2010). É através dela, que podemos ter reflexões acerca de nossa sociedade, e desse modo, intervir no modo operante dos sistemas de governança e na vida da população.

## **2.2 A utilidade da geografia para a sociedade.**

A diversidade de conhecimentos com os quais a geografia trabalha é essencial para a organização da vida do homem em sociedade. É necessário enfatizar que a geografia é uma ciência humana-social, porém utiliza de saberes interdisciplinares para analisar e descrever o seu objeto de estudo: o espaço.

Segundo Pena (2020, p.01), para uma sociedade:

A geografia tem como objetivo principal entender a dinâmica do espaço para auxiliar no planejamento das ações do homem sobre ele. Entender as formas de relevo, os fenômenos climáticos, as composições sociais, os hábitos humanos nos diferentes lugares são imprescindíveis para a manutenção da vida em sociedade.

Nesse sentido, essa área de estudo possibilita ao pesquisador, aventurar-se por diversos conhecimentos, sendo possível citar: a estruturação de sistemas de governo, as transformações

políticas do mundo, as questões de desigualdade social, a relação homem – natureza, as diversidades culturais e religiosas; economia e sociedade; além da própria gestão do território.

Como ciência humana, tem na figura do homem, o seu agente centralizador do conhecimento científico, e cabe a ele o papel de estudar o espaço geográfico, afim de que possa identificar os problemas socioespaciais existentes na vida em sociedade, e desse modo, buscar solucioná-los.

O viés utilizado para a utilização dos conhecimentos geográficos em sociedade, é gerido através de interesses pessoais ou coletivos. O homem, como figura central da sociedade, dispõe da possibilidade de utilizar os saberes para ‘governar para todos’, como também pode utilizar os seus saberes a fim de conquistar cada vez mais poder para si mesmo ou para o seu grupo, fazendo o uso político da geografia.

Pena (2020, p.01), ressalta que a geografia “é utilizada com fins militares através da gestão do território em prol de um grupo político ou ideologia. É de extrema importância conhecer o espaço geográfico, afim de dominá-lo”. Desse modo, a geografia tem o seu caráter extremamente ideológico de instauração, manutenção e consolidação de diferentes ideologias ou sistemas de governo.

O seu uso com finalidades geopolíticas é bem perceptível através da política de gestão do território. Essa política é um recurso utilizado desde a antiguidade até os dias atuais por líderes de países que exercem governos tanto democráticos como os não democráticos.

Nesse caso, o conhecimento científico transcende essa função, passando a representar um ‘domínio’ sobre um território, ao detentor do conhecimento, que por sua vez transcende ao domínio sobre os indivíduos. Desse modo é possível afirmar que a geografia em seu papel de ciência da pluralidade, consegue garantir poder ao/aos indivíduo/s que a domina/m.

A geografia foi (e ainda é), ensinada de diferentes formas ao longo da história da humanidade, atendendo a públicos bem diversificados, em consonância com a sociedade de cada época. Os seus ensinamentos são essenciais para a formação social, assim como para a formação acadêmica dos indivíduos.

Numa perspectiva contextualizadora, Cavalcanti (2011), aponta que esse campo de estudo, proporciona ao estudante, a construção de uma formação individual cidadã e humanista, através de suas práticas pedagógicas e da aplicação dos ensinamentos obtidos em sala de aula.



Ocorre que também a uma preocupação por parte do homem, a respeito de como se darão as reflexões sobre o mundo, através da formação cotidiana, de suas práticas sociais e de sua relação com a natureza. As ações do homem no meio em que vive, afetam de forma direta e/ou indireta a sua vida e de toda a sua sociedade.

Desse modo, segundo Cavalcanti (2011), a geografia proporciona ao indivíduo que obtém o seu notório conhecimento, a capacidade de refletir sobre as várias construções sociais e, posteriormente dispor de uma outra infinidade de conhecimentos importantes para a construção e a organização de uma sociedade autossustentável.

### **2.3 Implantação como disciplina escolar obrigatória.**

A geografia enquanto disciplina escolar faz parte do currículo de formação básica de um indivíduo, e é essencial que cada cidadão possua ao menos noções básicas dos conhecimentos geográficos. Porém, antes de devidamente estabelecida, houve uma construção histórica do currículo educacional, que a geografia como disciplina escolar no Brasil.

Rocha (2000), aponta que a ordem religiosa da Companhia de Jesus (cujos membros eram popularmente conhecidos como Jesuítas), foi a instituição de primeira ordem que concedeu professores aptos a atuar em território brasileiro, vindos diretamente de Portugal para a colônia lusitana no continente americano.

Os jesuítas, foram os agentes pioneiros, responsáveis pelo processo de introdução do ensino escolar no interior do Brasil colônia, atuando como os desbravadores das terras, até então, pouco conhecidas pelos exploradores portugueses.

A missão jesuíta tinha como princípio básico a religiosidade, entre os objetivos dessa ação se destacavam: a exploração das terras do interior da colônia, a busca por novos fiéis a Igreja Católica (através da catequização), e o ensino primário dos povos interioranos.

Sobre esse período, Sousa (2020, p.01) aponta:

Ao pisar no Brasil, a primeira ação tomada pelo navegador Pedro Álvares Cabral e seus tripulantes foi organizar uma missa que comemorava a chegada em novas terras. [...] Sendo nação de forte fervor religioso católico, Portugal trouxe membros da Ordem de Jesus que teriam a incumbência de ampliar o número de fiéis no Novo Mundo.

Os professores (ou instrutores), no período jesuíta do Brasil, eram geralmente formados em cursos de filosofia, e suas abordagens educacionais pelo território brasileiro, possuíam influência nítida e com preceitos fiéis a Igreja Católica. A religiosidade era tida como prioridade, enquanto a educação funcionava como um complemento a primeira ordem.

Já Rocha (2000, p.130) aponta que a “principal característica do período foi a forte influência das ciências matemáticas sobre o ensino de geografia”, nesse caso havia uma forte conexão com conhecimentos científicos como: astronomia e cartografia. E a Igreja Católica colaborava com os interesses da metrópole portuguesa.

Nesse período da história, a relação entre Estado e Igreja era bem próxima, pois ambos detinham muitos interesses que envolviam a população local. Ambos os entes assimilaram que trabalhando em colaboração, poderiam impor seus interesses políticos (Estado), e religiosos (Igreja), sobre os cidadãos da colônia.

É importante ressaltar que durante esse período, havia uma separação explícita entre duas tendências de ensino da geografia para a população. A distinção ocorria entre as seguintes vertentes: a “geografia dos professores”, e a “geografia dos estados maiores”, e os públicos alvos dessas duas correntes de ensino eram diferentes.

De acordo com Rocha (2000, p. 130)

[...] “eram os próprios jesuítas responsáveis” por [...] “diferenciar o que deveria ser destinado apenas aos detentores do poder de Estado ‘geografia dos estados maiores’. e o que poderia ser socializado enquanto saber escolar ‘geografia dos professores’. Iniciava-se, naquele momento, no Brasil, sem dúvida alguma, a produção da nossa geografia dos professores”.

O Estado era o mentor por detrás dessa divisão ideológica de ensino, enquanto os membros da ordem religiosa da Companhia de Jesus (jesuítas), eram os operadores desta ação, agindo como intermediários entre as pretensões do governo (dominação) e os interesses da população local (educação).

A diferença entre as duas vertentes de ensino era bem clara: a primeira delas, chamada de ‘geografia dos estados maiores’ tinha o objetivo de instruir geograficamente os membros das famílias tradicionais e com grande influência na sociedade da época. O objetivo dessa ação era que as pessoas atendidas pela ‘geografia dos estados maiores’, continuassem os legados de suas famílias, exercendo domínio sobre o restante da população. (ROCHA, 2000).

Essa vertente de ensino foi a principal responsável pelo processo de qualificação intelectual dessa pequena parcela da população, cuja os membros dispuseram de elementos que contemplaram uma formação com qualidade para a elite político-econômica da sociedade da época.

Enquanto isso, restava para a maior parcela da população do Brasil colônia, a chamada ‘geografia dos professores’. Essa vertente de ensino se resumia apenas em apresentar um

modelo educacional enfadonho e tradicional, de cunho meramente livresco e repetitivo. (ROCHA, 2000, p. 131).

Ao analisar essas duas diferentes vertentes de ensino, fica perceptível que não havia interesse da classe dominante em realizar investimentos que melhorassem o sistema de ensino que atendia a maior parte da população, pois não surgiriam grandes benefícios para essa classe dominante. O acesso ao amplo conhecimento era usado como um meio excludente na sociedade da época.

Nesta perspectiva, ainda segundo Rocha (2000, p.131) “durante os mais de 200 anos em que os jesuítas estiveram responsáveis pelo processo educacional, poucos avanços relacionados ao ensino de geografia geral para a sociedade foram realizados”. O alinhamento político-religioso entre Portugal e a Igreja Católica era nítido para a sociedade da época.

A lógica que guiava as ações dos governantes na época, era a de que o conhecimento geográfico do território representava o exercício de domínio sobre a população. Dessa forma, era importante restringir o acesso do conhecimento, apenas nas mãos de pessoas que compunham a elite econômica e política do País, e que mantivessem esse sistema excludente.

Poucas ações foram realizadas pelos governantes da época (ao menos na modalidade ofertada para a maior parte da população), com o objetivo de realizar investimentos na área da educação. Também era inexistente no Brasil colônia a oferta de cursos específicos para a formação de professores.

O governo restringia o conhecimento científico apenas a uma pequena parcela da população que integrava a elite do país, uma vez que, caso a população obtivesse notório conhecimento intelectual, surgiriam ou se fortaleceriam grupos de oposição. Já restringindo o acesso ao conhecimento científico, os governantes continuariam a exercer domínio sobre a população.

A situação da geografia escolar começou a mudar no século XIX, com a criação do colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro (capital do império), ainda no ano de 1837, e a implantação da Disciplina ‘Geografia’ na modalidade obrigatória do currículo escolar da Instituição de ensino.

Foi somente no século XIX que o ensino de geografia adquiriu maior importância na educação formal existente no país. Com a criação do Imperial Colégio de Pedro II, localizado na antiga Corte, a disciplina Geografia passa a ter um novo status no currículo escolar. Influenciado pelo modelo curricular francês, no novo estabelecimento de ensino predominavam os estudos literários, mas, apesar de não

serem a parte mais importante daquele currículo, nele também estavam presentes as ciências físicas e naturais, a história, as línguas modernas e a geografia. (ROCHA, 2000, p.131).

Esse momento teve grande simbolismo histórico para a geografia enquanto disciplina escolar no currículo da educação básica brasileira, o Colégio Imperial Pedro II viria a tornar-se futuramente uma unidade de ensino referência em qualidade para a educação brasileira.

Contudo, vale ressaltar que havia uma razão específica que simbolizava a ocorrência desse evento e o conseqüente avanço na qualidade do sistema educacional brasileiro. A criação dessa unidade de ensino tinha o propósito de qualificar os filhos de pessoas influentes na sociedade, lhes oportunizando uma formação escolar qualificada, dentro do próprio território brasileiro.

Politicamente falando, num primeiro momento apenas essa pequena parcela da população teve acesso a essa unidade de ensino, o objetivo dos governantes era o de proporcioná-los o domínio do conhecimento da geografia brasileira, para que desse modo, uma vez bem qualificados, futuramente pudessem assumir os cargos políticos na administração pública do país. (FREITAS, 2020).

Rocha (2000, p. 131), aponta que o sistema educacional brasileiro e a representação do ensino de geografia “durante quase todo o período imperial, [...] manteve-se quase que inalterado em suas características principais, tendo sofrido poucas alterações no que diz respeito ao conteúdo ensinado ou mesmo na forma de se ensinar”.

O dito ‘desenvolvimento’ nos processos de ensino, na verdade representou um breve avanço no sistema educacional. Porém é importante frisar que esse mesmo sistema restringia-se a um pequeno grupo de indivíduos, e na prática essa ocorrência teve mais um simbolismo histórico do que a democratização do acesso ao ensino de qualidade.

Já o ‘avanço pleno’ na educação básica foi estabelecido aos poucos. Conseqüentemente as conquistas práticas e os reais avanços na área da educação, foram sentidos pela maior parcela da população que não dispunha de privilégios sociais.

Ocorre que, desde o período do Brasil colônia até o início do século XX, “praticou-se, [...], a geografia escolar de nítida orientação clássica, ou seja, a geografia descritiva, mnemônica, enciclopédica, distante da realidade do(a) aluno(a)” (ROCHA, 2000, p. 131). Uma significativa evolução no modelo educacional brasileiro somente ocorreria se/ou quando houvesse incentivo e respaldo do Estado.

Para isso, havia a necessidade de que os governantes da época, implementassem políticas públicas que democratizassem o acesso à educação de qualidade e trouxessem desenvolvimento intelectual, através da alfabetização e da instrução colegial da população. Essas ações deveriam ser planejadas afim de obter-se resultados imediatos, mas que tivessem o objetivo principal de conquistar expressivos avanços a longo prazo.

#### **2.4 A Implantação dos cursos superiores e a criação das Instituições de incentivo a pesquisas no campo da geografia.**

A geografia no Brasil do início do século XX, funcionava como objeto de fundamentação espacial de fatos históricos, e como parte integrante da formação em nível superior dos cursos de direito. Não havia interesse por parte do governo da época, em formar professores através de um curso superior específico de geografia no país.

[...] através do decreto nº19.851, de 11 de abril de 1931, que [...] foram criadas as Faculdades de Educação, Ciências e Letras, espaço acadêmico que passou a abrigar, dentre outros cursos, o de Geografia. As duas primeiras instituições organizadas sob as novas regras foram a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Distrito Federal, absorvida em 1938 pela Universidade do Brasil, atual UFRJ. Os primeiros cursos de formação de profissionais para atuar nesta área de conhecimento foram abrigados nas respectivas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras dessas universidades. (ROCHA, 2000, p. 132).

Essa situação mudou somente com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), e a chegada de geógrafos vindos principalmente da França. Esses eventos marcam o início da trajetória da geografia em nível superior no país, quando o Estado passou a dar importância para a formação e o ensino da geografia, afim de conhecer por: gênero, número e grau, todo o território nacional.

De acordo com PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE (2009, p. 45).

A fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), em 1934, e do Departamento de Geografia em 1946, teve papel fundamental no desenvolvimento da ciência geográfica no país e na formação de licenciados para o ensino da disciplina. Do ponto de vista teórico, é importante registrar a profunda influência europeia sobre o desenvolvimento dessa ciência no Brasil, com destaque para a presença francesa [...].

A chegada de geógrafos vindos principalmente da França após as fundações das faculdades na cidade de São Paulo e no Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro), aponta que a partir daquele momento a geografia brasileira dava um grande salto de desenvolvimento, com importância social e acadêmica na formação da sociedade brasileira.

Idealizada pelo geógrafo Paul Vidal de La Blache, a escola francesa, também chamada de "possibilista", trouxe a influência dos estudos da relação homem e meio natural. Nesse

momento histórico, foi nítida a influência da geografia europeia (principalmente francesa), na organização dessa ciência em território brasileiro.

Pontuschka et al. (2009, p.45) afirmam: “antes de 1934 e da fundação da FFCL/USP, em São Paulo e em 1935 na Universidade do Rio de Janeiro (então Distrito Federal), não existia no Brasil o bacharel e o professor licenciado em Geografia [...]”. Isso mostrava a carência de profissionais na área.

Em geral, antes dessas instituições ofertarem uma formação específica em geografia, exerciam essa função, pessoas formadas em outras áreas. Era comum que profissionais como: advogados, engenheiros, médicos e seminaristas fossem os responsáveis pela prática docente no Brasil.

Como até aquele momento não haviam pessoas com formação específica no país, o ensino de geografia conseguia apenas representar a expressão enciclopédica dos conhecimentos do mundo. É provável que tenha sido a partir desse momento que tenha surgido essa visão deturpada (estereótipos), sobre essa ciência.

Com a entrada em vigor da Lei nº4024/61, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os cursos de formação de professores(as) de Geografia passaram a ter uma nova regulamentação. Esta nova legislação passou a exigir um currículo mínimo de caráter nacional para todos os cursos de graduação. (ROCHA, 2000, p. 133).

Segundo Rocha (2000, p. 133) “num primeiro momento, a Geografia no Brasil era influenciada de forma quase inteiramente fiel pela corrente de pensamento da escola francesa”. Essa escola ideológica, foi criada por Vidal de La Blache e por seus discípulos, exercendo grande influência na formação da geografia em território brasileiro.

O autor afirma ainda que o progresso da geografia como disciplina (embasado ideologicamente na escola francesa), foi iniciado nas Universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, e posteriormente foi expandido para as demais Universidades criadas no país.

Para Pontuschka, et.al.:

Em meados da década de 50, a Geografia tradicional, da escola francesa ou melhor, as tendências tradicionais da Geografia buscavam compreender o espaço geográfico por meio das relações do homem com a natureza, e passaram a ser questionadas em várias partes do mundo e, nas décadas seguintes também no Brasil. (2009, p.44-45).

A geografia francesa passou por um momento de desenvolvimento de saberes e de expansão do conhecimento, tendo o respaldo do Estado nacional francês, que legitimava as

ações expansionistas de domínio sobre os territórios de outras nações, respaldados no conhecimento geopolítico.

Essa tendência da escola geográfica francesa que chegou ao Brasil na década de 1930, se baseava num movimento de transformação social que havia ocorrido na França ao fim do século XIX. Através desse movimento, o Estado Nacional francês passou a respaldar as ações políticas, as ações expansionistas e o domínio do conhecimento geográfico de cidadãos daquele país, com o objetivo de obter o conhecimento sobre a geografia local e mundial. (ROCHA, 2000, p. 133).

Até aquele momento da história do país, a oferta dos cursos de graduação em Geografia e História na FFCL/USP, funcionavam de forma conjunta numa única formação superior. Porém, dado o aumento da demanda por estudos científicos específicos na área da geografia, ocorreu a cisão do curso em dois, e a consequente criação do curso de licenciatura em geografia e do curso de licenciatura em história.

O curso de história e geografia da FFCL/USP, foi desmembrado em dois no ano de 1957. E uma das razões para tal acontecimento foi devido ao aumento do número de trabalhos científicos de natureza geográfica. E após essa divisão, passou-se então a serem realizados processos de seleção para o ingresso de novos estudantes em cada curso. (PONTUSCHKA et al. 2009).

Esse evento trouxe autonomia a geografia brasileira, elevando o seu nível de importância científica e social. A produção científica construída através de pesquisas com caráter geográfico, ganhou bastante relevância no Brasil e no exterior, e o ensino da disciplina passou cada dia mais a ser difundido entre a sociedade brasileira.

Eis que, nos anos da década de 1930, surgem a Associação dos geógrafos brasileiros e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, instituições de incentivo a realização de pesquisas no campo da geografia e do fortalecimento dessa ciência no Brasil.

#### 2.4.1 Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e sua importância para a geografia.

Simultaneamente a criação da Universidade de São Paulo (USP), foi criada a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), entidade que reunia sobre uma mesma instituição: professores, estudantes de geografia, e profissionais de outras áreas, alinhados com o propósito de promover a Geografia como disciplina e que o seu conhecimento científico pudesse ser direito de todo cidadão.

A AGB foi fundada em 17 de setembro de 1934, por iniciativa do professor francês Pierre Deffontaines, juntamente com os professores Rubens Borba de Moraes, Caio Prado Júnior e Luís Flores de Moraes Rego. Sua primeira sede localizou-se na Avenida Angélica, 133, na cidade de São Paulo (SP) – residência do professor Deffontaines, que se encontrava no Brasil para a implantação do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da recém-instalada Universidade de São Paulo (USP). (AGB, 2020, p. 01).

No site oficial da AGB (2020) é mencionado que a entidade tinha como princípio a promoção do conhecimento científico da Geografia, promovendo abordagens com os teores: filosófico, ético, político e profissional. A entidade buscava oferecer uma visão crítica a uma abordagem geograficamente consistente dos seus/nossos problemas enfrentados pela sociedade moderna.

A partir do ano de 1944, a associação passou a constituir-se em uma entidade de dimensão nacional, possuindo sócios e colaboradores em todo o território brasileiro. As seções locais da AGB, passaram a atuar pontualmente em todas as regiões do país, afim de promover socialmente a geografia em cada localidade onde se encontrava presente. (AGB, 2020, p. 01).

Isso acabou fortalecendo a representação da imagem da geografia como disciplina escolar, em meio a sociedade brasileira. O objetivo traçado em estabelecê-la não apenas como disciplina obrigatória no currículo escolar brasileiro, mas como uma ciência indispensável para a sociedade, estava tornando-se algo cada vez mais real.

O nome da entidade, exprimia o desejo fundamental dos fundadores de que a associação não tivesse caráter restrito a estudantes de licenciatura e bacharelado, professores e pesquisadores da geografia. Os membros deveriam buscar uma integração em âmbito nacional dos interesses profissionais de todos integrantes da entidade, como firma PONTUSCHKA et. al. (2009).

Passado o momento inicial da institucionalização da geografia no cenário nacional, discutia-se internamente entre os geógrafos brasileiros, a necessidade de que a geografia enfim adquirisse um caráter científico. Muito se foi discutido nos encontros gerais entre os membros da categoria, afim de encontrar-se meios de atingir esse objetivo.

Era claro para a maioria dos membros da categoria, que somente seria possível concretizar essa meta, quando as discordâncias internas entre profissionais fossem superadas, além de ser necessário um trabalho de colaboração de estudos realizados entre os pesquisadores, conforme afirmam PONTUSCHKA et al. (2009).



As ações da AGB, desde o início de suas atividades fortaleceu o ensino de geografia em território nacional e ajudou na consolidação dessa ciência e dos interesses dos geógrafos em meio a organização da vida em sociedade. A entidade possui uma seção local em Araguaína-TO.

#### 2.4.2 O papel do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sociedade brasileira.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é um órgão federal vinculado ao Ministério da Economia, responsável pela coleta de dados estatísticos e pela realização de pesquisas pertinentes ao conhecimento da geografia nacional e da representação da sociedade brasileira. Essa entidade foi criada oficialmente em 1936, a partir da unificação das atribuições do Instituto Nacional de Estatística – INE e do Conselho Brasileiro de Geografia – CNG.

Pelo Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, foi criado o Instituto Nacional de Estatística, entidade de natureza federativa, tendo por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da Organização Política da República, bem como da iniciativa privada, promover e executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento de todas as estatísticas nacionais. O Instituto só foi devidamente instalado em 29 de maio de 1936, sob a presidência do então ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares. (IBGE, 2020, p.01).

Oficialmente criado, o site oficial do IBGE (2020), aponta que o Governo Federal atribuiu ao recém criado órgão a missão de "Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania". A partir desse momento passou então a existir mais uma instituição que fortaleceu o sentimento de grande importância da geografia no Brasil.

O IBGE passou então a ser o órgão responsável pelas pesquisas estimativas sobre a população brasileira a partir do momento de sua fundação. Com a junção da quantificação estatística alinhada a representação geográfica, as pesquisas com cunhos censitários da entidade, passaram a apresentar as múltiplas facetas do território e do povo brasileiro.

Nas décadas seguintes, entre os anos de 1940 e 1950, o estudo científico da geografia regional do Brasil começou a ser desenvolvido, e a ciência passou a ser difundida em meio a sociedade brasileira. O IBGE teve papel importante, pois passou a investir na realização de pesquisas de estimativas populacionais, focadas em identificar o perfil do cidadão brasileiro. IBGE (2020).

O papel do IBGE, após passados quase 90 anos de sua fundação, continua a ser o de representar o país por inteiro, retratando as características da sociedade brasileira, num panorama de evolução no decorrer do tempo.

A década de 1930, foi a mais importante da história da geografia em território brasileiro. Eis que nas décadas seguintes, chegariam tempos difíceis para a geografia brasileira, durante os anos do período do regime militar brasileiro.

## **2.5 A tentativa de substituir as licenciaturas em Geografia pelos Estudos Sociais.**

Entre os anos de 1964 a 1985, o Brasil encontrava-se politicamente regido por um regime militar, período no qual os membros das forças armadas governaram o país com “mão de ferro”<sup>1</sup>. O regime com os membros das forças armadas no poder, interferia politicamente em todas as áreas da sociedade brasileira, e isso é claro incluía a área da educação.

Em meio a isso, teve início na década de 1970, um processo de tomada de medidas que enfraqueceram os avanços conquistados até então pelos sistemas de ensino básico e ensino superior. A Lei nº5692/71, iniciava o processo de regressão dos avanços na qualidade na educação brasileira.

Com o advento da Lei nº5692/71, a educação básica oficial brasileira foi organizada em dois níveis de ensino: o primeiro e segundo graus. A mesma legislação ao organizar o currículo escolar, estabeleceu um núcleo comum e uma parte diversificada, que constituiriam o currículo pleno do estabelecimento de ensino. (ROCHA, 2000, p. 134).

Essa medida tomada durante os primeiros anos de governo com os militares no poder, representou o início de um processo de aparelhamento do sistema educacional com os interesses do Estado, havendo interferência direta na organização do currículo escolar e na gestão dos cursos superiores (inclusos os cursos de ciências humanas e sociais).

Na prática, essa lei tinha o objetivo da lei de unificar em uma única disciplina as ciências humanas (Geografia e História), sem que se houvesse independência entre essas áreas de estudo, ato que provocava um conseqüente enfraquecimento dos movimentos de oposição ao regime, que pudessem surgir entre os estudantes desses cursos.

Para Rocha (2000, p.134): “fazendo parte do currículo pleno, as autoridades educacionais do período então introduziram os ‘Estudos Sociais’ na grade curricular das escolas de primeiro e segundo grau”. Nessa disciplina o mesmo professor teria de ensinar as duas matérias com livros didáticos que obrigatoriamente passavam pelo crivo da censura do regime.

---

<sup>1</sup> O modelo de governo com “mãos de ferro” refere-se ao padrão de governança no qual o controle de poder sobre um país ou território é rigoroso e inflexível sobre a mão de um líder ou grupo, havendo intransigência. Governo definido por seu caráter opressor.

Segundo o Governo da época, essa junção estimulava a interdisciplinaridade entre as ciências humanas, numa perspectiva de estudos que realizavam uma análise de estudo “tempo-espço”. Contudo, haviam interesses escusos do Regime com a tomada de medidas que interferiam diretamente no modelo da gestão educacional no País.

Segundo Conti (1976), citado por Rocha (2000, p. 135):

Essa diretriz além de conflitar com o que fora proposto pela Lei, gerou insatisfação entre os responsáveis pelo ensino da Geografia e da História, os quais, salvo raras exceções, puderam entrever, de imediato, as consequências que adviriam do desprestígio que atingiu as duas disciplinas, sem falar nas desvantagens de ordem pedagógica. A eliminação da Geografia e da História do currículo concorreria para empobrecer a formação humanística da juventude, comprometendo de forma grave seu preparo integral e equivaleria ao fracasso do ensino em si mesmo, o qual visa preparar futuros cidadãos munidos de um rico pano de fundo de cultura, do qual nem a Geografia, nem a História podem estar ausentes.

Categoricamente, essa medida de juntar as disciplinas em Estudos Sociais, adotada durante o regime militar, representou um momento de retrocesso no sistema educacional brasileiro. O objetivo do regime militar, ao que ficou evidente era o de investir verbas na formação de profissionais em outras áreas de estudos.

Freitas (2020) aponta que a iniciativa do Governo, tinha o objetivo de coibir o surgimento de movimentos sociais, sobre a ideia de que a geografia e a história representavam uma ameaça política. dessa forma, as ações tomadas, de fato enfraqueciam a ordenação de grupos opositores ao regime.

Uma vez que, coibindo a sociedade civil do acesso aos cursos que categoricamente formam cidadãos com senso crítico a respeito da realidade socioespacial, quaisquer medidas que fossem tomadas por movimentos de oposição, afim de organizar grupos que lutassem por democracia, seriam desmanteladas pelo regime.

Não interessava ao Governo da época, que profissionais formados no país, obtivessem formações na área das ciências humanas. Os cidadãos com formação nessa área, ocasionalmente poderiam adentrar na elite intelectual do país (grupo que historicamente tem interesses opostos aos de governos com regimes militares), e poderiam interferir na sustentação do regime.

Segundo Rocha (2000, p.135) “já em outubro de 1964, o Conselho Federal de Educação (CFE) havia aprovado a criação de três tipos de licenciaturas, que visavam formar professores polivalentes para o antigo ensino ginasial”. A medida adotada pelo CFE, foi tomada já sobre influência política dos militares.

Essa medida do CFE, criou então três diferentes cursos de licenciaturas: Letras, Ciências e Estudos Sociais (a geografia encontrava-se discretamente presente nessa última opção de curso citada), porém os cursos criados nessa época tinham duração mais curta que normal, sendo geralmente de apenas dois a três anos.

Os cursos de licenciaturas existentes anteriormente, tinham a carga horária de 2.025 horas de atividades de formação. Porém, numa clara ação que visava precarizar a formação dos professores no Brasil, os novos cursos criados passaram para a ter apenas 1200 horas de duração. (ROCHA, 2000).

O curso de licenciatura plena em geografia passou a ter suas atividades encerradas em diversas Instituições de Ensino Superior (IES) do país, principalmente nas Instituições de regime privado. Foi durante esse período que o novo curso superior de 'Estudos Sociais' começou a ser ofertado nas IES brasileiras.

Nesse período, o aspecto econômico na formação de professores pesou muito na oferta dos cursos, os Estudos Sociais possuíam uma carga horária de formação mais curta do que os cursos de Geografia e História, sendo então mais vantajoso a sua oferta nas IES privadas, e útil ao Governo pois enfraquecia todo o processo de formação de profissionais na área da educação.

Rocha (2000) aponta sobre a oferta do curso de Estudos Sociais, e uma mudança significativa de postura do regime, sentida após um período de forte pressão por parte de membros dessa categoria:

Devido à pressão promovida por estudantes, professores e sobretudo pelas entidades representativas das categorias atingidas, como a AGB e a ANPUH, estes cursos foram sendo aos poucos eliminados. Entretanto, suas seqüelas ainda hoje são sentidas no interior das escolas brasileiras (ROCHA, 2000, p.137).

Os 'Estudos Sociais' foram aos poucos sendo desmantelados, tornando-se quase inativo no sistema educacional brasileiro. Já a oferta do curso de licenciatura em geografia permanece ativa na atualidade, estando presente como opção de curso superior em diversas IES do país, principalmente em Universidades públicas, entregando a sociedade professores formados, aptos a atuarem no sistema educacional brasileiro.

Ressalta-se a importância da ação conjunta de luta realizada por: professores, pesquisadores e estudantes de geografia, para que o seu ensino voltasse a possuir autonomia, sendo reconquistada após muita luta da classe. A geografia encontra-se presente no currículo escolar brasileiro como disciplina obrigatória e como curso de graduação no ensino superior.

A formação de professores de Geografia, como de todas as áreas, tem importância estratégica na busca da melhoria da qualidade do ensino no país, construindo-se numa das questões centrais das políticas públicas de educação, por ser um elemento fundamental para a transformação da escola, da educação e da sociedade. (MARTINS, et. al. 2011, p. 71).

O processo de formação de profissionais que trabalham nessa área, necessita de uma intensa colaboração no compartilhamento do conhecimento científico entre os profissionais já atuantes na área e na formação de novas mentes aptas a atuarem no ensino e nas pesquisas desta ciência.

A geografia é a ciência da sociedade, faz-se necessária para que possamos como cidadãos, compreender o mundo globalizado no qual vivemos. O saber geográfico inicia-se na sala de aula, e deve ir além dela, formando cada vez mais cidadãos politizados e com amplo conhecimento intelectual.

### **3 O ESTÁGIO COMO COMPONENTE CURRICULAR PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO DO ESTÁGIO.**

#### **3.1 O estágio como componente curricular.**

O ato do estágio profissional refere-se a um dos componentes curriculares da formação prática de profissionais, presente em diversos níveis de ensino (superior, médio, técnico), sendo requisito obrigatório para a conclusão da maioria dos cursos de graduação.

É nessa etapa em que o estudante de um curso de formação diversa, dispõem da oportunidade de conhecer (sem intermediários), a rotina profissional de sua área de formação, além de dispor da oportunidade de pôr em prática o conhecimento teórico aprendido no decorrer do seu curso de qualificação. (BRASIL, 2020).

A existência do estágio tem um objetivo, e é justificada na seguinte pauta: a maior parte dos profissionais atuantes no mercado de trabalho passaram durante suas vidas profissionais por etapas preparatórias para o exercício de alguma atividade trabalhista. E o estágio é pautado justamente no objetivo de preparar o estudante para o ato de exercer alguma atividade profissional.

Um dos profissionais que mais necessita passar pela etapa do estágio é o professor, para que a sua formação tenha excelência e qualidade. O professor é a profissão que forma todas as outras profissões, e para tal ato, é necessário entender o seu papel na formação cidadã de cada indivíduo.

Segundo CALLAI (2015) O professor exerce o papel de instrutor do seu aluno, tendo como objetivo educá-lo e situá-lo a respeito do mundo, tendo por objetivo que o estudante se torne um cidadão intelectual (com senso crítico e conhecimento científico), em que seja capaz de perceber amplamente os aspectos sociais em que vive, abordando e questionando as contradições existentes no mundo e buscando uma qualidade do saber e perceber-se como indivíduo social.

Para que o professor esteja apto a exercer a sua função de instrutor de um aluno, é necessário que o mesmo, tenha passado por um processo preparatório (com duração aproximada de 04 anos), de formação pessoal e profissional em uma Instituição de Ensino Superior (IES), para que ao final desse período de formação, esteja apto a atuar com prática docente.

O processo de formação de professores, através da realização das atividades práticas do estágio, só é possível graças a existência de uma legislação que determina como o processo deverá ocorrer, definindo regras a serem seguidas e objetivos a serem atingidos com a experiência.

A Presidência da República, através da Casa Civil e da Subchefia para Assuntos Jurídicos, em seu capítulo I, sobre: Definição, Classificação e Relações de Estágios, aponta que:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2020).

O processo do Estágio apresenta em sua essência um viés educativo, sendo um requisito obrigatório para a obtenção de um grau de qualificação profissional (em diversos níveis de ensino). É obrigatório na maioria dos cursos, através da aplicação dos fundamentos teóricos, que complementam as experiências práticas da formação.

Lima e Pimenta (2018, p. 24) afirmam que: “O estágio sempre foi identificado como a parte prática dos cursos de formação de profissionais, se contrapondo a teoria”, mas na verdade, trata-se de uma etapa que completa uma outra etapa de um processo mais complexo.

O estágio é um componente prático da graduação que direciona o discente a uma experiência próxima a realidade de uma rotina profissional. Desse modo, fica claro o objetivo do estágio que é apresentar a prática profissional ao estudante, e a sua importância para a formação profissional.

### **3.2 O estágio obrigatório e o estágio não obrigatório.**

Existem duas modalidades de atividades práticas de formação profissional são classificadas com a mesma nomenclatura ‘estágio’, regulamentadas pela mesma lei. Os estágios obrigatórios e os estágios não obrigatórios, ambos importantes, mas com diferenças em relação ao processo de formação em nível superior.

O estágio curricular obrigatório é a modalidade de estágio que é previamente definida no projeto pedagógico de um curso. Está presente na matriz curricular com disciplinas específicas de estágio, determinando as ações no processo de formação.

As atividades do estágio obrigatório devem ser desenvolvidas em uma Instituição que ofereça aprendizagem prática na área de formação do estagiário. Vale ressaltar que a carga horária de estágio é requisito obrigatório para a conclusão do curso de graduação.

De acordo com o as bases legais encontradas no site oficial da Universidade Federal do Tocantins (UFT) (2020, n.p.).

Configura-se estágio curricular obrigatório um espaço formativo privilegiado de diálogo crítico com a realidade que deve proporcionar ao estudante experiências práticas na sua linha de formação, favorecendo a articulação do ensino com a pesquisa e extensão, ressaltando que a carga horária necessita ser cumprida para que haja a integralização do curso.

o estágio curricular obrigatório é uma experiência de âmbito acadêmico, usado como elemento de aprendizagem prática, e tendo o objetivo de capacitar pessoas ao exercício de atividades profissionais. serve ainda como um meio de auto afirmação ou possível negação ao exercício de uma profissão.

Já o estágio curricular não obrigatório, segundo as bases legais de estágio da Universidade Federal do Tocantins (2020), é a modalidade de estágio desenvolvida como atividade de cunho optativa na formação profissional.

As atividades desenvolvidas pelo estagiário têm o objetivo de complementar sua formação profissional. Já a carga horária de atividade da modalidade de estágio não obrigatório, não conta como aproveitamento de carga horária de disciplinas obrigatórias de um curso.

Essa modalidade de estágio amplia a formação prática de um profissional por meio das vivências próprias da situação profissional. As atividades do estágio não obrigatório, além de agregar experiências ao currículo acadêmico do estudante, podem servir ainda como uma futura porta de entrada para o mercado de trabalho.

### **3.3 Estágio Supervisionado e o ensino de Geografia na sala de aula.**

O estágio supervisionado diz respeito a uma das etapas do processo de formação profissional, geralmente encontra-se dividido por disciplinas que compõem a estrutura curricular de atividades práticas de um curso superior. Nesse caso, a análise se dá através de curso de licenciatura, cujo o objetivo é a formação de professores.

A matriz curricular de disciplinas com esse caráter, propõem ao estudante que execute diversas ações em uma unidade de ensino, sendo acompanhado direta ou indiretamente por um professor/supervisor formado na área, responsável pelo acompanhamento do estudante na



escola-campo em todas as suas atividades. Conta também com a supervisão de um professor da disciplina de estágio da IES.

Sobre o caráter do estágio, Azevedo (n.p.) citado por Piconez (2013) aponta:

O caráter complementar, ou mesmo suplementar, conferido à Prática de Ensino/ Estágio Supervisionado, ou ainda, uma teoria colocada no começo dos cursos e uma prática colocada no final deles sob a forma de Estágio Supervisionado constituem a maior evidência da dicotomia existente entre teoria e prática.

O estágio supervisionado é um elemento muito relevante no processo de formação profissional, nessa etapa a aprendizagem conceitual, obtida através de aulas teóricas, entram em conformidade com os ensinamentos da experiência prática de uma profissão, aperfeiçoando a técnica de qualificação e visando ao final do processo, formar um profissional competente, que esteja apto a exercer uma função compatível com a sua formação.

São várias as concepções de estágio que se apresentam na literatura científica que trata especificamente de educação. A Universidade Federal de Tocantins considera o estágio curricular obrigatório, um conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas às áreas de estudo e pesquisa de modo a construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional.

Faz-se necessário evidenciar que o estágio sempre foi considerado a parte prática dos cursos de formação de profissionais, seria então o contraponto ou complemento a teoria aprendido em sala de aula. Entretanto, para que se haja a parte prática do estágio, é necessário que antes se haja a parte teórica. Na maioria das vezes, os cursos de formação de professores(as) têm mostrado que há uma clara necessidade de aprofundamento teórico-prático.

O reducionismo dos estágios às perspectivas da prática instrumental e do criticismo expõe os problemas da formação profissional docente. A dissociação entre teoria e prática aí presente resulta em um empobrecimento das práticas nas escolas, o que evidencia a necessidade de explicitar por que o estágio é teoria e prática (e não teoria ou prática). (PIMENTA; LIMA, 2018, p. 41).

Desse modo, o estágio deve ser caracterizado como a etapa de formação teórico-prática e não apenas ocorrer de maneira dissociada, pois a ação docente somente realizar-se-á de maneira mais ampla, a partir de uma junção de aprendizagens da teoria e da prática do(a) professor(a).

As disciplinas de estágio supervisionado, tem entre suas atribuições a preparação do estudante do curso de licenciatura para o exercício profissional como professor. Tendo o estagiário a oportunidade de desenvolver as suas próprias habilidades de ensino, e uma busca constante por capacitação em suas atribuições profissionais.

### 3.3.1 As bases legais do estágio.

O marco da legislação das atividades de formação do estágio se deu através da lei nº 11.788, sancionada em 25 de setembro de 2008, estabeleceu-se a mais recente legislação referente a realização de estágios profissionalizantes em vigência no território brasileiro.

Essa legislação classificava o processo, dispondo-o na formalização dos diferentes níveis de ensino e dos diferentes públicos atendidos pelos estágios, e estabelecendo os direitos e deveres por parte dos agentes envolvidos no processo: Instituições concedentes, Instituições de formação e os estagiários.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes; que altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; que revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001. (BRASIL, 2020).

No site oficial do Planalto (2020, p.01), há uma menção descritiva afirmando que a regulamentação da legislação dos estágios (2008) estabelecia as diferenças a serem seguidas na condução tanto dos estágios obrigatórios quanto dos não obrigatórios, e ressaltava a inexistência de qualquer forma de vínculo empregatício de qualquer natureza.

Essa legislação revoga as leis anteriormente em vigência no país, e segue sendo usada até o presente momento (2021), como documento de parâmetro para a realização de atividades de formação prática em Instituições públicas e privadas no País.

Ainda sobre a legislação de estágios da UFT (2020), temos a “Orientação Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008”. A referida normativa foi estabelecida pelo então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, extinto desde janeiro de 2019, e cujas as funções foram atribuídas ao Ministério da Economia.

Essa normativa orientava (através de estudos e de planejamento), se havia viabilidade ou não em relação a distribuição de verbas públicas para a realização de atividades de estágio, assim como de seguros de vida, no Âmbito da Administração Pública Federal.

O controle do orçamento destinado a realização de atividades de estágio passava por essa pasta/órgão que compunha o Governo Federal, e só posteriormente (caso houvesse viabilidade), os recursos econômicos eram liberados/repassados para os órgãos/instituições em cada estado.

Já a Resolução nº20/2012 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFT, orienta sobre a realização de estágios não obrigatórios, que estejam vinculados aos cursos de graduação da Universidade. Estabelece os seguintes pontos: os requisitos para a seleção dos alunos estagiários, o período de vínculo, e o objetivo principal que justifica a realização do estágio. (UFT, 2020).

Por meio da referida resolução, estabelece-se uma complementação as atividades de estágio curricular não obrigatório previstas a serem realizadas, estabelecidas na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. As especificidades do estágio curricular não obrigatório devem estar descritas com clareza nos editais de seleção e o vínculo de aperfeiçoamento profissional deve ser formalizado como optativo.

Posteriormente dispomos da “Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) nº 04/2005”. A referida resolução dispunha da regulamentação sobre as Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

É através dessa orientação que são definidas as atividades que podem ser classificadas como ações extracurriculares e que podem ser utilizadas na conjunção da carga horária obrigatória total de cada curso, sendo um dos requisitos para a conclusão de um curso. (UFT, 2020).

Pauta-se como atividades de cunho acadêmico as seguintes tarefas: apresentação de seminário, estágio obrigatório e estágio não obrigatório, além da participação em projetos de iniciação à docência e de iniciação científica. Todas as atividades devem estar vinculadas ao tripé de sustentação de uma Universidade: ensino-pesquisa-extensão.

E por consequência, essa resolução indica-se as disposições finais e os requisitos com os quais cada modalidade de atividade acadêmica deve estar disposta para conclusão de curso e somatório no currículo acadêmico, (onde consta-se o tipo de atividade realizada em cada modalidade), e a carga horária total da atividade ou projeto vinculado ao curso de graduação.

### **3.4 Projetos pedagógicos dos cursos de graduação.**

Todo curso de graduação de nível superior está regido sobre um documento chamado Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Esse instrumento guia o processo de formação dos estudantes através de ações como: disciplinas ofertadas, atividades complementares e atividades práticas didáticas de graduação.

Na composição curricular de um PPC, deve-se abordar os elementos fundamentais que compõem o currículo acadêmico de um curso. O documento deve ser estruturado basicamente com os seguintes itens: contextualização do curso, condições de oferta, organização didático-pedagógico, organização curricular, infraestrutura, administração acadêmica.

Os elementos componentes curriculares são os itens necessários para a construção do currículo dos estudantes, devendo explicitar: as disciplinas: obrigatórias e optativas, os estágios curriculares: obrigatórios e não obrigatórios, o trabalho de conclusão de curso e as atividades complementares.

Os PPC's devem explicar o perfil de profissional que o curso deseja formar ao fim do período de graduação, apontando as três dimensões formativas: a formação específica, a formação complementar e formação em extensão, conforme legislação vigente, do profissional em formação.

As atividades a serem realizadas no Estágio obrigatório e no estágio não obrigatório, encontram-se justamente nos PPC's dos cursos, identificando o período de realização de atividades teóricas e práticas durante a graduação e tendo o objetivo de capacitar o estudante para o exercício profissional.

Esse documento deve ser elaborado e atualizado de forma coletiva (colegiado do curso), abordando o tripé: ensino-pesquisa-extensão e contendo elementos fundamentais para a formação profissional do estudante do curso de graduação de uma instituição de ensino superior.

### **3.5 Estrutura das disciplinas de estágio na matriz curricular do curso de geografia da UFT - campus de Araguaína (2009).**

O curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins - campus universitário de Araguaína - unidade cimba, apresenta em seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC), do ano de 2009, um total de quatro disciplinas de estágios obrigatórios, presentes na matriz curricular, que são componentes da segunda metade do curso de Graduação.

Todas as disciplinas de Estágio obrigatório apresentam uma característica em comum: são disciplinas que possuem pré-requisitos, ou seja, somente é possível cursá-las, perante prévia aprovação em uma disciplina do semestre anterior. Apresentam ementas e objetivos gerais que se completam no ciclo de formação acadêmica, através das experiências de Estágio na Universidade e nas unidades de ensino.

As disciplinas que compõem o ciclo do Estágio do curso de Geografia (2009) são: Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Básica, Estágio Investigativo I, Estágio Investigativo II, Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental, Estágio Supervisionado no Ensino Médio. (PPC-2009).

**Figura 01 - Fluxograma do processo de estágio através das disciplinas ofertadas:**



**Fonte: PPC – Curso de licenciatura em Geografia – UFT – Araguaína (2009). Organizado por: Mayke Eduardo de Araujo, 2020.**

O estágio curricular obrigatório da Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína, segue o que aponta uma resolução do Conselho Nacional de Educação. A resolução CNE/CP 2, de 19/02/2002, em conjunto com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, No. 003/2005, da Universidade Federal do Tocantins, e a Instrução Normativa No. 004/2007, de 31/08/2007, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins e a Lei Federal No 11.788/2008, de 25/09/2008.

A organização do ciclo do Estágio curricular obrigatório deste curso está da seguinte forma:

- Inicialmente o Estágio Investigativo I, que possui como pré-requisito, a disciplina de Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Básica. O primeiro estágio está dotado de carga horária total de 90h/aula, sendo 30h/aula práticas e 60h/a teóricas.
- Em seguida, O Estágio Investigativo II, que possui como pré-requisito, o Estágio Investigativo I. O segundo estágio possui uma carga horária total de 105 h/aula, sendo 45h/aula práticas e 60 h/aula teóricas.

- Posteriormente, o Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental, tem como pré-requisito o Estágio Investigativo II, com uma carga horária total de 105 h/aula, sendo 45h/aula práticas e 60 h/aula teóricas. Das 60 h/aula, 12 h/aula são destinadas à assunção, obrigatoriamente do 6o ao 9o ano do ensino fundamental.

- Finalmente, o Estágio Supervisionado no Ensino Médio, que possui como pré-requisito o Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental, conta com uma carga horária total de 105 h/aula, sendo 45h/aula práticas e 60 h/aula teóricas. Dessas, 12 h/aula destinam-se à assunção obrigatoriamente no ensino médio. Logo, ao final totaliza-se 405 h/aula de Estágio Supervisionado.

### 3.5.1 Ementário dos componentes curriculares – curso de licenciatura em geografia – Universidade Federal do Tocantins (2009).

- Disciplina: Estágio Investigativo I.
- Pré-requisito: Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Básica.

A ementa da disciplina tinha a seguinte viés educativo: O estágio como pesquisa e a pesquisa no estágio; A relação trabalho, educação e Geografia; A estrutura organizacional das escolas; Mapeamento da realidade escolar e da prática educativa docente e por fim o Desenvolvimento de projetos em docência de Geografia na educação básica. Possui carga horária total de 90 horas; carga horária teórica de 60 horas; carga horária prática de 30 horas; e 06 créditos.

A disciplina de estágio investigativo I, é ofertada na modalidade disciplina obrigatória no 5º semestre do curso. É efetivamente a primeira disciplina prática desse ciclo de formação, pois entre as ações práticas previstas em sua ementa, encontram-se visitas a unidade básica de ensino, para observação de rotina escolar, análise de projeto político pedagógico da Escola.

Representa a primeira experiência prática do discente com a realidade de sua futura profissão, sendo uma disciplina presente no início da segunda metade do curso. Porém servindo como adaptação do estudante para/com o ambiente da escola/sala de aula e o primeiro contato com professores formados e alunos da Educação básica.

- Disciplina: Estágio Investigativo II.
- Pré-requisito: Estágio Investigativo I.

A disciplina está disposta com a seguinte ementa: pesquisa etnográfica: a escola enquanto resultado dos processos históricos-geográficos; a identificação das concepções de

geografia e os seus reflexos em sala de aula. a geografia e suas medições com as diversas vertentes pedagógicas em sala de aula. Possui carga horária total de 105 horas; carga horária teórica de 60 horas; carga horária prática de 45 horas; e 07 créditos.

Posteriormente a verificação da reprodução das correntes do pensamento geográfico e pedagógico, presentes na atuação docente, suas questões conceituais, bem como as hegemonias de umas sobre as demais e a elaboração de projetos de ensino de geografia nos níveis fundamental (6º ao 9º ano) e médio, sob a forma de pesquisa participante: universidade – escola.

O estágio Investigativo II, é ofertada no 6º semestre do curso de graduação. Diferentemente do estágio anterior, nesse em questão não há somente atividades teóricas na unidade de ensino, e o meio de avaliação se dá através de atividades teóricas e práticas.

Um dos requisitos da disciplina é de observar aulas ministradas pelo professor supervisor da escola, junto a turma, e ao final de determinado número X de observações, desenvolver e aplicar um projeto de intervenção pedagógica com tema geográfico para a/as turma/as em que esteve presente observando.

no estágio investigativo II, a exigência sobre a qualidade das atividades desenvolvidas é superior à do Estágio anterior, uma vez que a etapa de adaptação as práticas pedagógicas do curso já estão sendo realizadas desde o semestre anterior a essa disciplina.

- Disciplina: Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental
- Pré-requisito: Estágio Investigativo II

Já a ementa do estágio supervisionado no ensino fundamental tinha como pauta: Docência no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano); Revisão da estrutura curricular, em especial dos conteúdos trabalhados no componente curricular de geografia, junto ao sistema regular de ensino fundamental; análise da perspectiva epistemológica do ensino de geografia no ensino fundamental. Possui carga horária total de 105 horas; carga horária teórica de 60 horas; carga horária prática de 45 horas; e 07 créditos.

Também contava com Reflexões acerca da avaliação da aprendizagem e o planejamento e construção de planos de aula a partir de conteúdos abordados nas respectivas aulas de geografia e ano escolar, sempre em consonância com a proposta curricular da escola-campo e ciência do(a) supervisor(a) de estágio e o professor(a) orientador(a).

A disciplina de estágio supervisionado no ensino fundamental equivale a disciplina de Estágio III do curso de geografia, sendo que a mesma propõe como ação prática ao discente do curso de Geografia, trabalhar em sala de aula, ministrando aulas para uma ou mais turmas exclusivamente para o Ensino Fundamental.

É importante ressaltar um ponto importante da graduação que se encontra presente nessa disciplina: ela propicia ao discente a oportunidade de ser o agente ativo da situação, sendo o responsável pelo ritmo em que a experiência será desenvolvida, além de nesse instante o estagiário ser o centro de todo o processo.

- Disciplina: Estágio Supervisionado no Ensino Médio
- Pré-requisito: Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental.

Finalmente, no estágio supervisionado no ensino médio, a ementa aponta o seguinte viés: Assunção à docência no ensino médio; Levantamento da estrutura curricular, em especial dos conteúdos trabalhados no componente curricular de Geografia, junto ao sistema regular de ensino médio; Análise da perspectiva epistemológica do ensino de Geografia no ensino médio. Possui carga horária total de 105 horas; carga horária teórica de 60 horas; carga horária prática de 45 horas; e 07 créditos.

Também aponta para as reflexões acerca da avaliação da aprendizagem; Planejamento e construção de planos de aula a partir de conteúdos abordados nas respectivas aulas de Geografia e ano escolar, sempre em consonância com a proposta curricular da escola-campo e ciência do(a) supervisor(a) de estágio e o professor(a) orientador(a) e pôr fim a Elaboração de relatório científico de estágio.

A disciplina de Estágio Supervisionado no Ensino Médio é ofertada no 8º semestre do curso de Geografia, sendo também a última parte da experiência prática do curso. Nessa etapa, o principal objetivo da disciplina é que o estagiário leccione para turmas do Ensino Médio.

O estágio IV, é o responsável por somar as experiências adquiridas no decorrer dos semestres anteriores. Como última disciplina do curso onde a prática docente é exigida e, como parte final da experiência dos estágios obrigatórios, é esperado pelo professor da disciplina uma boa desenvoltura do estagiário em sala de aula, perante a turma em que se trabalha. Avaliando assim se o estagiário se encontra apto ou não ao exercício da docência.

É importante lembrar que antes do início de qualquer atividade prática nas escolas, são construídos saberes teóricos em sala de aula durante as aulas na Universidade, e são preenchidos



documentos oficiais de formalização dessa atividade prática, presente no projeto político do curso de graduação.

As disciplinas de estágio não são compostas apenas por atividades práticas nas unidades de ensino, simultaneamente as visitas nas escolas-campo, são desenvolvidas atividades teóricas de preparação para a atuação prática dos estagiários, nas aulas da disciplina de estágio, em socialização com os demais alunos-estagiários da turma.

As disciplinas de estágio supervisionado, tem a função de preparar os estudantes dos cursos de licenciatura para o exercício da atuação profissional, podendo o estudante desenvolver sua própria metodologia de ensino, e desenvolver as suas atribuições, no contexto da relação ensino-aprendizagem da geografia em sala de aula, junto aos seus alunos.

## **4 A EXPERIÊNCIA NOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA (RELATO DE UM ALUNO-ESTAGIÁRIO).**

### **4.1 Estágio Investigativo I.**

No Estágio investigativo I, a primeira disciplina que contemplava a realização de atividades práticas voltadas à docência fora da Universidade, havia uma distribuição de 90 horas de atividades, a serem cumpridas entre: ações teóricas (UFT), e ações práticas (unidade concedente), para a realização do estágio Investigativo.

As 90 horas-atividades da disciplina estavam divididas entre: 60 horas teóricas (cursadas no prédio da UFT), onde foram realizadas atividades como: leituras sobre o tema ‘estágio’ e o preenchimento de documentos para a realização das ações práticas. Já as demais 30 horas restantes, eram de atividades práticas. Essa etapa foi realizada em 08 (oito) encontros presenciais no Colégio Estadual Guilherme Dourado em Araguaína – TO.

No laboratório de Geografia (LABGEO) da UFT, as primeiras aulas foram realizadas com o objetivo de orientar os estagiários sobre o preenchimento de documentos obrigatórios para a realização do estágio, sendo eles: 1) Termo de compromisso; 2) Plano de atividades e 3) Termo de realização de estágio obrigatório. Em seguida foi esclarecida a função da Central de Estágio, bem como sua localização nas instalações da Universidade.

Posteriormente, já com a documentação devidamente preenchida, os documentos foram encaminhados a Diretoria Regional de Ensino de Araguaína (DREA) para o registro legal do estágio na unidade concedente, e logo após direcionados para as escolas afim de dar início as atividades práticas do estágio.

Iniciando os encontros presenciais, no primeiro momento quando as visitas a escola começaram a serem realizadas, percebi uma certa sensação de incômodo partindo de alguns funcionários da unidade, para/com a minha presença e a de minha parceira de estágio nas dependências da escola.

O sentimento é comum, e já esperávamos algum tipo de resistência visto que, como aluno estagiário, minha primeira missão era observar a rotina escolar, assim como a atuação de alguns funcionários da unidade, e a percepção de estar constantemente sendo observado pode ser incômoda para alguns, pois posteriormente toda a minha experiência no estágio Investigativo I, seria descrita em um relatório final da disciplina.

O planejamento de atividades previa a realização de algumas ações a serem executadas durante as visitas ao Colégio Estadual Guilherme Dourado, as principais eram: coleta de informações sobre o histórico da escola e a sua importância social para a comunidade, coleta de dados quantitativos do número de funcionários e estudantes que a escola atendia, divisão de alunos por turmas, projetos pedagógicos que a escola contemplava, diretriz de ensino e o orçamento anual da unidade.

Entre as ações programadas, realizei uma entrevista com uma professora de geografia (profissional responsável pela supervisão de minhas atividades do primeiro estágio na unidade escolar), onde ela comentou brevemente sobre a sua experiência como profissional na área da educação, o que acabou sendo algo bom, já que é a minha área de formação.

A professora relatou a sua percepção acerca da educação pública enquanto educadora, através dos seus anos de experiência. Porém, contraditoriamente ela deu pouco suporte na realização das atividades de estágio que deveriam ser cumpridas na escola, não chegando a negar ajuda, ainda assim não demonstrou boa vontade para dar auxílio em nenhum momento enquanto eu e minha parceira estivemos na escola.

O documento base utilizado para se obter informações sobre a unidade escolar foi o projeto político pedagógico (PPP), do ano de 2017. Usando esse documento como guia, coletei informações sobre a escola, e posteriormente desenvolvi as atividades previamente planejadas durante as minhas visitas a unidade de ensino<sup>2</sup>. O Quadro 01 apresenta dados quantitativos sobre os níveis, modalidades de ensino, turmas e quantitativo de alunos por turno.

**Quadro 01 – Níveis, modalidades de ensino, turmas e quantitativo de alunos por turno:**

Níveis e modalidades ofertados	Quantidade de alunos por turno/nível e modalidade					
	Matutino		Vespertino		Noturno	
	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos
Ensino Fundamental	02	54	16	467	00	00

<sup>2</sup> (Observação: Realizei todos os estágios obrigatórios junto a uma colega, porém esta análise é individual, contando apenas com o relato de minha experiência).

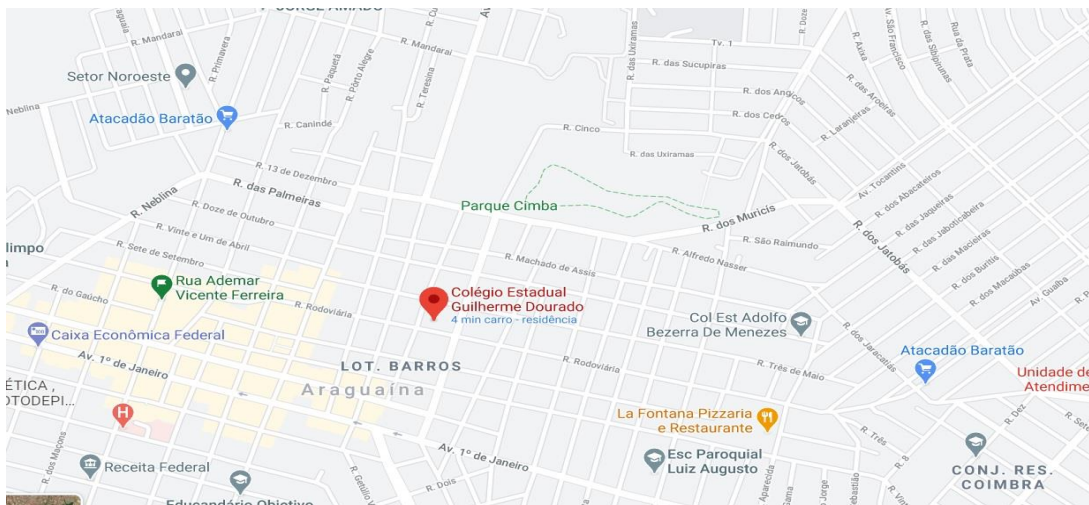
Ensino médio	14	456	00	00	06	178
--------------	----	-----	----	----	----	-----

Fonte: PPP - Colégio Estadual Guilherme Dourado - Araguaína-TO (2017), p. 20. Organizado por: Mayke Eduardo de Araujo.

Identifiquei que a unidade de ensino funcionava em três turnos: O horário de funcionamento do período matutino era das 07:00 às 11:20, atendendo a um total de: 510 (quinhentos e dez) alunos. O funcionamento no período vespertino era das 13:00 às 17:20, e atendia a um total de: 467 (quatrocentos e sessenta e sete) alunos. Já o horário de funcionamento no período noturno era das 18:50 às 22:10, atendendo a um total de: 178 (cento e setenta e oito) alunos.

O Colégio Estadual Guilherme Dourado está localizado na rua Adevaldo de Moraes, número 284, CEP 77805-120, setor central - cidade de Araguaína-TO, conforme apontado na figura 02.

**Figura 02 – Localização do Colégio Estadual Guilherme Dourado em Araguaína-TO**



Fonte: Google Maps. Data: 16/02/2021.

A Escola se localiza na área urbana do município, sendo uma entidade mantida pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) do Governo do Tocantins, e atendendo a um público heterogêneo, com estudantes provenientes de diversos bairros da cidade e da zona rural do município.

Através da análise do Projeto Político Pedagógico - PPP, é possível afirmar que o Colégio Estadual Guilherme Dourado é constituído da oferta das modalidades de Ensino Fundamental e Ensino Médio regular, atendendo a uma clientela diversificada, onde a maioria

dos estudantes provém de famílias de baixa renda. O Colégio é uma das unidades de ensino público mais tradicionais da cidade de Araguaína.

O PPP proporcionou a identificação imediata da estrutura física da escola, porém eu resolvi a observar mais de perto, indo ver pessoalmente algumas salas da unidade de ensino. Para atender aos alunos, professores, demais funcionários e a comunidade local, o colégio Estadual Guilherme Dourado é composto de uma área construída de 1.784,92 m<sup>2</sup>, distribuídos da seguinte forma, como apontado no Quadro 02.

**Quadro 02 - Dependências internas da Escola:**

Dependências	Quantidade	Dependências	Quantidade
Sala de aula	16	Sala de multimeios, laboratórios.	01
Sala da diretoria	01	Auditórios	01
Secretaria	01	Almoxarifado/Depósito	05
Sala de professores	01	Pátio para recreio e extraclasse	01
Sala de Coordenação Pedagógica	01	Quadra de esportes	01
Sala de orientação educacional	02	Cozinha	01
Biblioteca	01	Banheiro de uso dos funcionários	04
Sala de informática	02	Banheiro de uso dos alunos	02

**Fonte: PPP - Colégio Estadual Guilherme Dourado - Araguaína-TO – 2017, p. 22. Organizado por: Mayke Eduardo de Araujo.**

A organização da escola prezava pela gestão de aproveitamento de espaço, a unidade de ensino não dispunha de uma grande área, por isso todos os espaços possíveis eram identificados para que fossem utilizados no uso de atividades profissionais da equipe escolar, além da utilização como área de lazer.

A seguir é possível observar algumas imagens que apresentam as dependências da unidade escolar. Na Figura 03 temos a biblioteca escolar, local em que estive por 03 vezes durante as minhas visitas a escola do estágio. A biblioteca contava com um acervo de aproximadamente 10.998 livros, quantitativo esse suficiente para atendimento a comunidade interna e externa em pesquisas bibliográficas. Professores e alunos podiam utilizar o espaço da biblioteca para leitura e estudo, a locação de livros era feita apenas para usuários cadastrados.

**Figura 03 – Biblioteca Escolar**

**Autor: SILVA, Willianny Lemos, 2018.**

A Figura 04 apresenta o espaço mais emblemático e conhecido da escola: a quadra poliesportiva, utilizada para a prática de diversas modalidades esportivas e eventos pedagógicos/culturais, atendendo a comunidade escolar, sendo também utilizado pela comunidade externa para a realização de eventos.

A escola é referência local na prática da modalidade voleibol, tendo times medalhistas em eventos esportivos realizados em nível municipal, estadual e regional. Presenciei a realização dos jogos interturmas, o evento contou com as seguintes modalidades: voleibol, futsal e xadrez. Os jogos são realizados em todos os trimestres letivos, contando com a participação de estudantes com boas médias nas avaliações de aprendizagem.

**Figura 04 - Área interna da quadra poliesportiva**

**Autor: ARAUJO, Mayke Eduardo de, 2018.**

Já a Figura 05 apresenta um recipiente de descarte de lixo. No período de realização do estágio I, a unidade contava com alguns recipientes espalhados pelos corredores, para que a coleta do lixo produzido pela comunidade escolar fosse realizada e o lixo fosse devidamente descartado. Entretanto não existia nenhum tipo de projeto específico voltado a temática: educação, coleta e reciclagem do lixo, produzido pela comunidade escolar, que fosse abrangido no PPP da unidade.

A coleta de lixo era seletiva e partia do princípio de disponibilizar o local de descarte e contar com a colaboração dos estudantes para que tal ato obtivesse resultado positivo. E pelo o que pude observar, nesse quesito a comunidade escolar é muito colaborativa, mas é claro que existem exceções, visto que a maior parte do público da escola é formado por adolescentes e jovens que se recusam a seguir regras. De todo modo, os corredores geralmente estão limpos e a colaboração da comunidade escolar nessa ação espontânea era bem evidente.

**Figura 05 - Coleta seletiva do lixo**



**Autor: ARAUJO, Mayke Eduardo, 2018.**

A Figura 06 apresenta o mural dos 'alunos destaques'. Nesse mural eram apresentados os nomes dos estudantes que haviam obtido as melhores notas do trimestre. Esses alunos tinham a honraria de ter os seus nomes expostos para toda a comunidade escolar, como parte de reconhecimento pelos desempenhos nas avaliações e como incentivo aos demais estudantes para obterem boas notas nas avaliações seguintes.



**Figura 06 – Mural com os alunos destaques do bimestre**



**Autor: ARAUJO, Mayke Eduardo, 2018.**

Através da análise do PPP identifiquei alguns dos projetos que a Escola contemplava, os principais eram: Gincana de cálculos matemáticos com base nos descritores do SAETO trabalhados, entre os alunos de 6º ao 9º anos, uma mostra cultural afro-brasileira; uma Gincana socioeducativa anual de conhecimentos históricos e geográficos e uma Feira de Ciências realizada em parceria junto a UFT/PIBID, com alunos do Ensino Médio. Todos presentes no PPP da unidade de ensino.

Durante o período em que estive na escola realizando as atividades do estágio investigativo I, não presenciei a realização de nenhum dos eventos citados e que estavam previstos no PPP da unidade. A única informação que obtive relacionada aos eventos foi conversando com a então coordenadora da área das ciências humanas, que informou que todos os eventos foram realizados no ano anterior, sendo bem recebidos pelos estudantes, pois a participação nos eventos atribui nota a média dos alunos e a metodologia participativa de atividades fora da sala de aula é atraente para os estudantes.

Também durante o estágio tive a oportunidade de assistir a uma aula em uma turma do 8º ano do Ensino Fundamental (Turma 82.02). Contudo, como já mencionei a professora supervisora do estágio se indispsôs em ajudar na execução de algumas ações que realizei. Na aula em questão, a professora apenas passou uma atividade de pesquisa no livro valendo nota, ou seja, não tive a oportunidade de vê-la dando a aula propriamente dita.

Esse momento acabou sendo frustrante para mim, enquanto estagiário e como pessoa pelo modo que ocorreu na prática, pois apesar da indisposição de colaboração da professora, no



momento em que ela aceitou que eu e minha colega assistíssemos a aula, fiquei ansioso por voltar a uma sala de aula e poder analisar a metodologia utilizada por uma profissional com anos de experiência.

Apesar disso, somente a oportunidade de ter contato com os alunos e a volta a sala de aula foi gratificante e bastante motivadora para a realização dos próximos estágios. Tendo como consequência a minha vontade de voltar a escola, para a realização dos demais estágios do curso de licenciatura em geografia, só que dessa vez sob a supervisão de outra professora, que posteriormente acabou me acompanhando nos demais estágios.

O projeto político pedagógico (PPP) do Colégio Estadual Guilherme Dourado, que usei como embasamento no relatório final da disciplina de estágio, foi elaborado e implantado no ano de 2004. A versão que utilizei foi a do ano de 2017, e desde então, é possível avaliar anualmente as ações executadas e replanejá-las, assim como os procedimentos educacionais, sociais e administrativos.

#### **4.2 Estágio Investigativo II.**

A disciplina de Estágio Investigativo II, refere-se à segunda disciplina de estágio obrigatório do curso de geografia, contando com uma carga horária de 105 horas. Destas, 60 horas foram de atividades teóricas, e as outras 45 horas de atividades práticas. As ações práticas ocorreram em 12 encontros, no período de 15 de outubro de 2018 a 30 de novembro de 2018 no Colégio Estadual Guilherme Dourado.

Foram desenvolvidas diversas atividades durante a realização do estágio Investigativo II, tais como: preenchimento de documentos para a realização do estágio nas escolas, leituras sobre o tema 'estágio', observação de doze aulas na Escola-Campo, acompanhamento do planejamento de aulas do professor supervisor do estágio e a aplicação de uma ação de intervenção pedagógica nas turmas acompanhadas.

Optei por realizar o estágio II na mesma unidade escolar onde realizei o estágio I, e foram dois os motivos que me fizeram optar por permanecer no Colégio Guilherme Dourado. O primeiro foi a questão burocrática, já que continuando na mesma escola, eu não teria de procurar por outra escola e a documentação do estágio seria mais facilmente preenchida e entregue a DREA e a central de estágios. Já a outra razão foi a minha intenção em tentar construir um vínculo afetivo com a comunidade escolar, permanecendo na unidade.

Iniciando o planejamento das atividades que seriam realizadas na escola-campo, tive de organizar os meus horários de atuação com os disponibilizados pela professora e pela escola, para a realização das aulas de observação e posteriormente para a aplicação da ação de intervenção pedagógica.

Tive que conciliar as atividades práticas do Estágio Investigativo II, com os demais compromissos pessoais e profissionais que eu tinha, como membro atuante do Programa de Residência Pedagógica (RP), e do Programa Institucional de Monitoria (PIM). Além disso, eu estava participando de um curso de qualificação profissional e trabalhava em uma empresa.

Como eu já havia realizado o estágio anterior na mesma escola, acabei tendo contato com alguns professores, e isso acabou por facilitar a realização do estágio II. A representante da unidade escolar que ficou responsável pela supervisão do Estágio, foi a professora Maria das Neves de Sousa Lima, justamente uma das pessoas com quem tive mais contato anteriormente, e graças a isso, dessa vez tive total suporte da professora para a realização das atividades.

O planejamento feito por mim e por minha parceira de estágio, previa um momento de observação das aulas primeiras aulas e a atuação somente nas aulas finais. Dessa forma, optamos em nosso planejamento, que a melhor forma de abordar o conteúdo proposto pela professora, seria através de uma gincana de revisão dos conteúdos do trimestre.

Os 12 encontros foram realizados em 06 datas, sendo que em cada uma das 02 turmas escolhidas foram trabalhadas 06 aulas para realização do Estágio Investigativo II. As turmas assistidas foram: 23.03 e 23.04. Comecei a assistir as aulas no período do início do 4º bimestre letivo do ano. Nesse encontro foi introduzido o conteúdo de Infraestrutura e Logística no Brasil.

Nos Encontros seguintes, o conteúdo das aulas anteriores teve sequência, e foram apresentados os três setores da economia, sendo eles: setor primário, setor secundário e setor terciário; a abordagem dos tipos de modais nos meios de transporte no Brasil, sendo eles: transporte rodoviário, hidroviário, aeroviário, ferroviário e marítimo, e a exposição da viabilidade de cada um deles.

Anteriormente eu apenas observei as aulas, já na penúltima aula em cada turma, assumi (junto a minha parceira de estágio), o comando das aulas. Nesses encontros, realizamos uma abordagem expositiva do Projeto de Estágio, apresentando os conteúdos que seriam trabalhados no quiz com temática de Geografia do Tocantins e, Infraestrutura e Logística no Brasil.

O projeto de intervenção pedagógica foi aplicado no último encontro em cada turma, sendo intitulado: “O Ensino de Geografia do Tocantins e Logística no Brasil, através de um quiz interativo nas segundas séries do Ensino Médio no Colégio Estadual Guilherme Dourado de Araguaína - Tocantins”. Ao final dessa etapa, encerrei as atividades práticas do Estágio Investigativo II na escola.

O Público alvo da aplicação do projeto de estágio foi: alunos das segundas séries do Ensino Médio. Identificamos que a escola contava com 07 turmas de segunda série, sendo 05 no período matutino e mais 02 no período noturno. Optamos por trabalhar nas turmas 23.03 e 23.04, onde realizamos a observação de 04 aulas em cada turma, e em mais 02 encontros aplicamos o projeto de intervenção pedagógica.

A aplicação do projeto teve início no dia 26 de novembro de 2018 através da parte teórica, utilizando-se como recursos didáticos: um mapa político do estado do Tocantins, enumeração dos três setores da economia e um mapa geomorfológico do estado, fundamentais para o entendimento por parte dos estudantes. A aula expositiva abordou os seguintes temas: clima, população, relevo, logística, vegetação, regiões de influência e hidrografia do estado, como mostrado nas Figuras 06 e 07.

#### **Figura 07 e Figura 08 – Aula expositiva do projeto de intervenção pedagógica**



**Autores: ARAUJO, Mayke Eduardo de; SILVA, Willianny Lemos, 2018.**

O projeto foi concluído no dia 30 de novembro de 2018, através da aplicação de uma gincana em que foram abordadas questões referentes aos temas trabalhados na aula anterior, e um mapa político do estado do Tocantins onde pedimos que os estudantes localizassem o maior número de municípios que pertencem ao estado do Tocantins.

Ao finalizar o projeto, percebi o quanto foi desafiador realizar o projeto de intervenção nas duas turmas. Identifiquei que o uso de didáticas que fogem ao tradicionalismo, desperta o

interesse de participação dos estudantes nas atividades propostas, que fortalecem o processo de Ensino-Aprendizagem. A seguir nas Figuras 08 e na Figura 09, é possível observar alguns registros feitos durante a aplicação da gincana realizada durante o período estágio.

**Figura 09 e Figura 10 – Aplicação do projeto no Colégio Estadual Guilherme Dourado**



**Autores: ARAUJO, Mayke Eduardo de; SILVA, Willianny Lemos, 2018.**

Esse estágio foi proveitoso pois tive total apoio da professora supervisora Maria das Neves de Sousa Lima, na realização das atividades planejadas, onde a mesma, sempre trouxe uma palavra motivadora afim de que eu optasse por seguir a profissão. Também aproveitei os momentos livres para conversar com alguns funcionários da escola, e sempre fui bem recebido, já que a equipe escolar já estava familiarizada comigo.

Algo que chamou bastante a minha atenção durante o período em que estive na escola foi a falta de interesse dos estudantes por conteúdos de disciplinas como a geografia. ao fim do estágio prático, fiquei com uma boa impressão graças a disponibilidade da professora para/comigo na realização do estágio, assim como a colaboração da coordenadora pedagógica e dos estudantes das turmas onde atuei.

### **4.3 Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental.**

A disciplina de Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental, contou com uma carga horária total de 105 horas, dessas sendo 60 horas teóricas e 45 horas práticas. A parte prática realizou-se entre 14 encontros presenciais no Colégio Estadual Guilherme Dourado (mesma escola onde realizei os estágios I e II), no período de 09 de abril de 2019 a 07 de maio de 2019.

Assim como nos estágios anteriores, utilizamos as horas de atividades teóricas no laboratório de geografia (LABGEO), para o preenchimento de alguns documentos, como: 1) Termo aditivo; 2) Plano de atividade; e 3) Plano de ensino. Nos encontros realizados em sala

de aula, nós alunos da turma de estágio, debatíamos ideias e compartilhávamos os nossos relatos de experiências nas escolas.

Novamente tive que conciliar as atividades práticas do Estágio com os demais compromissos pessoais e profissionais, nesse caso o Programa de Residência Pedagógica (RP), além de atividade empregatícia, fora do ambiente escolar e da Universidade.

A parte prática do estágio ocorreu através da observação de duas aulas e da regência de outras doze aulas. Duas aulas ocorreram sob supervisão do professor da UFT, como parte da avaliação da disciplina. Em nosso planejamento, eu e minha parceira optamos por novamente realizar uma gincana de revisão dos conteúdos trabalhados nas turmas em que atuamos, como elemento de avaliação na finalização do estágio.

A princípio, o estágio supervisionado no ensino fundamental se diferenciou dos estágios anteriores pela questão do horário, já que diferentemente dos demais, nesse estágio em específico, optamos por atuar no período vespertino, devido a maior oferta de turmas no ensino fundamental nesse horário, e as turmas escolhidas para a atuação foram: 82.02 e 82.04.

A observação teve início no dia 09/04/2019, onde acompanhei em cada uma das duas turmas uma aula de revisão dos conteúdos vistos no 01º bimestre, tendo como temática: o período de Bipolarização do mundo entre dois sistemas de Governo.

Serviu como embasamento para a realização de uma atividade de revisão posteriormente passada pela Professora Maria das Neves nas duas turmas para encerrar o conteúdo e dar prosseguimento aos conteúdos a serem abordados no 02º bimestre. E através desse primeiro contato, pude buscar a melhor forma metodológica para trabalhar nas turmas.

A regência de fato teve início no dia 16/04/2019, início do 02º bimestre e se encerrou no dia 07/05/2019. Os conteúdos ministrados nas turmas foram: O processo de colonização do continente americano; América Anglo-Saxônica e América Latina: divisão histórica e cultural do continente americano; América do Norte, América Central e América do Sul: divisão física e geográfica do continente americano; Revoluções no continente americano e Cartografia geral das Américas, como apresentado abaixo no Quadro 03.

**Quadro 03 – Esquema de planejamento dos conteúdos por aula**

Turma:	Horário da aula:	Conteúdo:
82.04	13:50 às 14:40	O processo de colonização do continente americano.
82.02	14:40 às 15:30	O processo de colonização do continente americano.
82.04	13:50 às 14:40	América Anglo-Saxônica e América Latina: divisão histórica e cultural do continente americano.
82.02	14:40 às 15:30	América Anglo-Saxônica e América Latina: divisão histórica e cultural do continente americano.
82.02	13:00 às 13:50	América do Norte, América Central e América do Sul: divisão física e geográfica do continente americano.
82.04	15:30 às 16:40	América do Norte, América Central e América do Sul: divisão física e geográfica do continente americano.
82.04	13:50 às 14:40	Revoluções no continente americano.
82.02	14:40 às 15:30	Revoluções no continente americano.
84.02	13:00 às 13:50	Cartografia geral das Américas.
82.04	15:30 às 16:40	Cartografia geral das Américas.
82.02	13:00 às 13:50	Gincana avaliativa de revisão dos conteúdos.
82.04	15:30 às 16:40	Gincana avaliativa de revisão dos conteúdos.

Fonte: Planejamento dos estagiários – 2019. Organizado por: Mayke Eduardo de Araujo.

### Descrição das aulas:

**Aula 01 e Aula 02:** ocorreram no dia 16/04/2019, o conteúdo trabalhado foi: O processo de colonização do continente americano. A princípio nos apresentamos para os alunos e a razão de estarmos juntos a eles durante as semanas seguintes. A metodologia utilizada nas aulas foi: texto explicativo no quadro apresentando o conteúdo, a nossa preocupação desde o início foi trazer o conteúdo de maneira resumida, abordando de maneira clara e posteriormente passando uma atividade de revisão. O texto abordado descrevia como ocorreu o processo de colonização no continente americano através de: datas, momentos históricos e de um mapa político do

continente americano. A turma 82.04 contava com 35 alunos, tendo a característica de ser uma turma em que os alunos não gostavam de escrever, porém participavam ativamente do momento da explicação. Já a turma 82.02 contava com apenas 22 alunos, incluindo 01 um aluno autista, se diferenciava da outra turma por ter menos alunos e por ser uma turma em que os alunos gostavam de escrever, porém não participavam ativamente da explicação do conteúdo e das atividades levadas a sala de aula.

**Aula 03 e Aula 04:** ocorreram no dia 23/04/2019, o conteúdo trabalhado foi: América Anglo-Saxônica e América Latina: divisão histórica e cultural do continente americano. já não tínhamos mais o problema do desconhecimento entre os estudantes do colégio e nós estagiários. O conteúdo abordava a divisão do continente americano em duas regiões distintas, utilizando-se o critério histórico-cultural de cada país. Abordamos as diferenças entre os tipos de colonização de povoamento e a colonização de exploração e os reflexos nos dias de hoje. O objetivo das aulas era expor as diferenças entre os dois tipos de regime de colonização e os seus efeitos práticos. Utilizamos como recurso temático: o mapa-múndi, um globo terrestre e também o quadro para citar exemplos, e finalizamos as aulas com uma atividade de revisão do conteúdo.

**Aula 05 e Aula 06:** ocorreram no dia 25/04/2019, o conteúdo trabalhado foi: América do Norte, América Central e América do Sul: divisão física e geográfica do continente americano. Passamos um texto que nomeava os critérios utilizados para a divisão do continente americano em três partes, pontuando as características e citando os países que fazem parte de cada uma delas. As diferenças entre a regionalização com os aspectos físicos-geográficos e a divisão com os aspectos histórico-culturais, citada anteriormente. Para facilitar a memorização do conteúdo, propusemos aos estudantes em ambas as turmas, aulas mais participativas onde os convidávamos a responderem algumas questões sobre o conteúdo, através do sorteio dos seus nomes, a participação era optativa.

**Aula 07 e Aula 08:** ocorreram no dia 30/04/2019, o conteúdo trabalhado foi: Revoluções governamentais no continente americano. Abordamos os contextos ideológicos de movimentos políticos revolucionários que ocorreram em vários países do continente e a influência dos Estados Unidos na política interna dos países. Também citamos alguns exemplos mais conhecidos de revoluções no continente, porém tivemos dificuldade em nossa abordagem graças a falta de colaboração no momento da explicação em ambas as turmas. Finalizando com uma atividade de revisão do conteúdo trabalhado em sala de aula.

**Aula 09 e Aula 10:** ocorreram no dia 02/05/2019 e conteúdo trabalhado foi: Cartografia geral das Américas. Trabalhamos com as Cartografias geral e temática. Iniciamos as aulas com um questionamento sobre o que os estudantes entendiam sobre o tema. Os recursos didáticos utilizados nas aulas foram: mapa-múndi, mapa político das Américas, maquete com representações geofísicas do continente e o globo terrestre. Apresentamos o conteúdo com um texto explicativo sobre conceitos da cartografia, utilizando os recursos didáticos para melhor explicá-los. A participação em ambas as turmas foi grande, os estudantes demonstraram interesse pelo conteúdo e ajudaram na realização da atividade que propusemos. Trabalhamos os conceitos e representações de: escala, latitude, longitude, hemisférios, projeções em mapas, localização e coordenadas geográficas. Encerramos o conteúdo passando mais uma atividade sobre os conteúdos trabalhados, já que no próximo encontro seria realizada em cada turma, uma gincana geral para revisão dos conteúdos.

#### **Figura 11 e Figura 12 – Aplicação da Gincana de revisão dos conteúdos**



**Autores: ARAUJO, Mayke Eduardo de; SILVA, Willianny Lemos, 2019.**

**Aula 11 e Aula 12:** ocorreram no dia 16/04/2019, como é possível observar na Figura 11 e na Figura 12, foi quando aplicamos uma aula diferenciada, através de uma Gincana de revisão dos conteúdos trabalhados nas turmas. Dividindo os alunos em grupos para participarem de um jogo de perguntas e respostas, onde o grupo com mais acertos venceria a disputa, como parte da avaliação da aprendizagem obtida ao longo das semanas em que estivemos na escola. A participação na atividade era optativa, e na turma 82.02, um número considerável de alunos optaram por não participar da atividade, e alguns dos que não participaram acabaram atrapalhando a realização da ação. Já na outra turma, todos os estudantes participaram. Entre os alunos que participaram da atividade, a empolgação e entusiasmo foi bem evidente e ao final do tempo de aula, o grupo vencedor foi o que mais acertou as perguntas feitas por nós



estagiários, sobre o conteúdo, sendo posteriormente premiados com doces e todos que participaram foram parabenizados pela colaboração e participação na gincana. Recebemos passe livre da professora titular, que avisou que a participação dos estudantes seria premiada também com a atribuição de nota nas avaliações do trimestre.

Novamente utilizei parte do tempo em que estive na unidade de ensino para observar a rotina escolar, conversando com alguns professores e alunos, e anotando informações do quadro de turmas e horários das aulas, além de planejar e revisar a abordagem empregada durante as aulas nas turmas assistidas durante a realização do estágio.

Destaco a oportunidade de poder realizar as atividades práticas do estágio no Colégio Estadual Guilherme Dourado, onde já me sentia acolhido, e diferentemente dos estágios anteriores, estar sob supervisão de um professor da UFT e ser avaliado em diversos momentos da disciplina de Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental.

Além da parte prática do estágio nas unidades de ensino de Araguaína, também foi proposto a turma de estágio supervisionado no ensino fundamental, a apresentação de uma aula individual com tema geográfico, onde os colegas representariam a função de alunos, e ao estágio caberia a função de ser o professor, como parte final de avaliação da disciplina.

#### **4.4 Estágio Supervisionado no Ensino Médio.**

A disciplina de Estágio Supervisionado no Ensino Médio, é um componente obrigatório da matriz curricular do curso de licenciatura em geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus universitário de Araguaína. Possui uma carga horária total de 105 horas, sendo 60 horas teóricas e 45 horas práticas. A parte prática do estágio realizou-se em 14 encontros no colégio estadual Guilherme Dourado, no período de 10/10/19, até o dia 12/11/2019.

As primeiras aulas ocorreram no Laboratório de Geografia (LABGEO), onde foi apresentada a ementa da disciplina e os documentos obrigatórios para a realização do estágio, sendo eles: 1) Termo aditivo; 2) Plano de atividades; e 3) Plano de Ensino. Posteriormente os estagiários foram encaminhados a Diretoria Regional de Ensino de Araguaína (DREA), e com toda a documentação organizada e preenchida, direcionados as unidades escolares.

As atividades práticas do estágio Supervisionado no ensino médio foram novamente realizadas no Colégio Estadual Guilherme Dourado, dando prosseguimento a relação de proximidade construída com a comunidade escolar durante os estágios anteriores. Novamente

a professora Maria das Neves Sousa Lima foi a pessoa responsável pela supervisão das atividades.

O plano de atividades da disciplina previa a realização das seguintes ações: observação de aulas nas turmas de 2º série do Ensino Médio, acanhamento do planejamento de aulas do professor titular, planejamento de aulas a serem ministradas pelo estagiário, escolha da metodologia a ser utilizada e avaliação dos estudantes. E novamente tive que conciliar as atividades práticas do Estágio com minhas ações no Programa de Residência Pedagógica (RP) da Universidade.

As duas aulas de observação nas turmas ocorreram no dia 10/10/2019, onde acompanhamos a revisão dos conteúdos vistos no 3º bimestre. Com o encerramento da revisão dos conteúdos anteriores vistos, pude ter um primeiro contato com os estudantes das 02 turmas, e assim traçar um planejamento adequado para a realização das 12 aulas práticas do Estágio.

A atividade de regência foi realizada nas turmas 23.02 e 23.05, no início do 04º bimestre. Os conteúdos ministrados no período foram: Setores econômicos: Primário, Secundário e Terciário; as redes Materiais: Comércio Internacional; as redes Matérias: Comercio no Brasil; Geografia do Tocantins.

### **Descrição aula por aula:**

**Aula 01 e Aula 02:** ocorreram no dia 24/10/19 em ambas as turmas. O tema trabalhado foi: os três setores da economia. A metodologia utilizada nas aulas foi: a esquematização do tema, no qual haviam algumas palavras chave, e essas palavras eram conceituadas através do conteúdo e o do conhecimento dos estudantes. Posteriormente, realizamos a construção coletiva de uma tabela com exemplos de atividades econômicas desenvolvidas em cada setor da economia, e por fim foi utilizado um mapa político do Brasil, onde os estudantes deveriam identificar em qual/quais estados e regiões havia a predominância de cada atividade econômica. Os recursos didáticos utilizados foram: pincel, livro didático, quadro e mapa político do Brasil e a avaliação ocorreu através do preenchimento do mapa do Brasil, onde os estudantes deveriam indicar as principais atividades econômicas desenvolvidas em cada região do País usando as bolas feitas de papel cartão em tamanhos grande, médio e pequeno.

**Aula 03:** ocorreu no dia 28/10/19, na turma 23:02. Passamos uma atividade de revisão do conteúdo dos setores da economia brasileira. A atividade contava com algumas questões relacionadas ao tema, baseadas em questões já vistas no Exame Nacional do Ensino Médio

(ENEM). Devido ao tempo de aula limitado, tivemos que fazer a correção da atividade na aula seguinte.

**Aula 04:** ocorreu no dia no dia 29/10/19, na turma 23:05. Levamos a atividade impressa de revisão do conteúdo dos setores da Economia brasileira. Foi estipulado um prazo para os alunos responderem a atividade e a correção da atividade fosse feita no mesmo dia. Contamos com a participação da maioria dos estudantes durante a aula.

**Aula 05:** ocorreu no dia 31/10/19, na turma 23:02. A atividade aplicada na aula anterior foi corrigida e em seguida demos continuidade trabalhando com o tema: Redes Materiais e Imateriais, estabelecendo uma relação com a Globalização. O objetivo da aula foi mostrar aos estudantes, os diferentes fluxos (virtuais e reais) do mundo globalizado. A metodologia utilizada foi: construção de um mapa mental com palavras-chave para facilitar a compreensão do conteúdo.

**Aula 06:** ocorreu no dia 01/11/2019, na turma 23:05. Nessa aula, o tema trabalhado foi: Redes Materiais e Imateriais, apresentando as diferenças entre os tipos de redes, caracterizando e exemplificando cada tipo. O objetivo da aula foi estimular os estudantes a identificarem como se constituem os tipos de redes e a influência delas em nosso cotidiano. A metodologia utilizada foi: construção de um mapa mental com palavras-chave para facilitar a compreensão do conteúdo.

**Aula 07:** ocorreu no dia 04/11/2019, na turma 23:02. Foi dada continuação ao conteúdo anterior, e a abordagem do comércio no Brasil e no mundo. O contexto histórico da globalização foi trabalhado estabelecendo uma relação com a contemporaneidade das atividades comerciais, identificando o agrupamento dos países em bloco econômicos e o comércio no Brasil. Para finalizar este conteúdo, foram passadas questões avaliativas para a fixação do conteúdo e respondemos as questões em sala no mesmo dia.

**Aula 08:** ocorreu no dia 05/11/2019, na turma 23:05. Nessa aula foi dada continuidade ao conteúdo das redes materiais e imateriais, dessa vez focando no comércio no Brasil e no mundo. Apontamos o contexto histórico do comércio mundial, o mundo globalizado, os blocos econômicos e as relações comerciais realizadas individualmente entre os países ou por blocos econômicos. Para essa aula foi utilizada a palavra-chave “Globalização” no contexto de comércio. A metodologia utilizada consistia em novamente estabelecer um diálogo com os estudantes e a construção de mapas mentais através da explicação realizada em sala de aula.

**Aula 09 e Aula 10:** A aula 09 ocorreu no dia 07/11/2019, na turma 23:02 e a Aula 10 ocorreu no dia 08/11/2019, na turma 23:05. O conteúdo trabalhado em ambas foi: ‘Geografia do Tocantins’, e o tema chamou bastante a atenção dos alunos nas duas turmas, onde muitos participaram levantando questionamentos durante a aula. Foram utilizados: o mapa político e geomorfológico do estado do Tocantins, apontando quais os municípios com maior e menor extensão territorial e populações no estado. O mapa geomorfológico expôs as regiões mais baixas e as mais altas do estado e identificamos a bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia. A metodologia foi expositiva e a avaliação foi através da participação na aula.

**Aula 11:** ocorreu no dia 11/11/2019, na turma 23:05. Organizamos uma gincana de revisão geral dos conteúdos e em especial sobre ‘geografia do Tocantins’. Dividimos a turma em duas equipes, uma comanda por mim a mim (Mayke Eduardo) e a outra da minha parceira de estágio (Willianny). A competição teve três momentos: atividade 1 – consistia em um membro de cada equipe deveria nomear as 10 maiores cidades (por população) do estado do Tocantins, o que mais acertasse seria o vencedor. Atividade 2 – foi realizado o jogo da “forca”, onde o aluno que acertasse a palavra que correspondia à pergunta feita a ele, seria o vencedor e Atividade 3 – jogo de perguntas e respostas sobre ‘geografia do Tocantins’. A atividade foi realizada com bastante dificuldade nesta turma, pois os alunos estavam conversando e fazendo muito barulho, além de provocações ao grupo adversário e o descumprimento das regras. A equipe vencedora foi a minha (Mayke Eduardo) e a avaliação foi através da participação dos estudantes, onde percebemos o grau de aprendizagem dos estudantes.

**Aula 12:** ocorreu no dia 12/11/2019, na turma 23:02. Organizamos uma gincana de revisão geral dos conteúdos e em especial sobre ‘geografia do Tocantins’. Dividimos a turma em duas equipes, uma comanda por mim a mim (Mayke Eduardo) e a outra da minha parceira de estágio (Willianny). A competição teve três momentos: atividade 1 – consistia em um membro de cada equipe deveria nomear as 10 maiores cidades (por população) do estado do Tocantins, o que mais acertasse seria o vencedor. Atividade 2 – foi realizado o jogo da “forca”, onde o aluno que acertasse a palavra que correspondia à pergunta feita a ele, seria o vencedor e Atividade 3 – jogo de perguntas e respostas sobre ‘geografia do Tocantins’. Por fim, a equipe liderada pela minha parceira (Willianny) foi a vencedora, a atividade ocorreu de forma tranquila e desse modo resolvemos premiar ambas as equipes pela participação e colaboração conosco. Nessa aula utilizamos a metodologia do ‘aluno protagonista’, e através das participações, percebemos o êxito da aprendizagem da maioria dos estudantes, através do período de regência em que estivemos na turma.

A representação dessa atividade diferenciada através da aplicação da gincana nas turmas, se deu, pois, foi um instrumento que utilizei junto a minha parceira em praticamente todas as turmas onde atuamos nos estágios, e optamos por repetir esse método de trabalho pois visivelmente o saldo que tivemos em todas as vezes, sempre foi positivo, nos quesitos de participação e avaliação da aprendizagem dos estudantes.

Destaco a oportunidade que tive de poder realizar todas as atividades práticas de Estágio no Colégio Estadual Guilherme Dourado, onde contei com a colaboração da equipe gestora, além de ter total apoio da professora Supervisora da escola. Graças ao ambiente agradável que encontrei no decorrer dos quatro estágios realizados, consegui desenvolver minhas habilidades de ensino-aprendizagem, sendo a experiência satisfatória para minha formação como professor.

Como parte final de avaliação da disciplina de estágio supervisionado no ensino médio, também foi proposto a cada estagiário que realizasse a apresentação de uma micro aula com tema geográfico, ou transversal, em que os colegas seriam os alunos das escolas e os estágios seriam os professores.

A escolha que optei por fazer ainda na disciplina de estágio investigativo I, em procurar uma unidade escolar para realizar todos os meus estágios do curso, acabou mostrando-se muito benéfica para mim, pois conseguir construir um vínculo com as pessoas da comunidade escolar e esse fato acabou facilitando a realização da minha experiência em sala de aula.

As dificuldades percebidas por mim durante o primeiro estágio realizado na escola, e que me fizeram questionar-me se eu deveria mesmo seguir num curso de licenciatura e concluí-lo, foram aos poucos sendo substituídas pela boa vontade e pela colaboração da maioria dos funcionários da unidade, tanto é que já nos últimos estágios, tínhamos vagas pré agendadas para voltar a atuar na escola, e o meu receio em ser professor foi ficando para trás, mesmo sabendo que a área da educação e em especial a prática docente, são áreas bem difíceis de atuar e muitas vezes detém pouco ou nenhum reconhecimento da sociedade.

A experiência realizada na referida unidade de ensino, com a qual criei um vínculo afetivo com os estudantes das turmas onde atuei, os profissionais que colaboraram com a realização dos estágios e em especial a professora de geografia – supervisora do estágio, me deram a oportunidade de poder afirmar que escolhi seguir a profissão certa para mim e que facilmente eu trabalharia nesta unidade escolar.

A experiência em si foi muito importante para a minha formação, tanto em aspecto profissional, quanto pessoal. Através da experiência que tive durante os estágios que realizei no Colégio estadual Guilherme Dourado, pude ter a certeza de que ser professor é algo bastante desafiador, uma profissão para pessoas fortes, e que dessa forma e através do que vivi nos 4 anos de graduação, a área em quero atuar, é a área da educação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Como parte integrante de um curso de licenciatura, este trabalho utilizou a educação como área de estudo para a elaboração do trabalho de conclusão do curso, abordando a experiência vivida pelo estudante-estagiário na etapa do estágio prático curricular obrigatório do curso de licenciatura em geografia da UFT – Campus de Araguaína.

O problema de pesquisa foi identificar se os elementos que compõem o estágio obrigatório de um curso de licenciatura, conseguem de fato preparar um estudante estagiário para a atuação no ambiente profissional de trabalho no período posterior a sua formação. O cronograma de atividades da pesquisa foi planejado para ser desenvolvido num período de um ano, entre o segundo semestre do ano de 2019 e o primeiro semestre do ano de 2020, porém sofreu atraso devido a pandemia de Covid-19.

O trabalho é justificado quanto ao reconhecimento da importância da etapa do estágio obrigatório na formação de um profissional na área da educação, afim de que se possa adentrar no mercado de trabalho, apontando o impacto dessa experiência para a sua formação. A pesquisa possui um caráter qualitativo, pois os dados numéricos apresentados possuem um caráter subjetivo, apenas para a análise da experiência.

A pesquisa partiu da seguinte hipótese: o processo de ambientação de um estagiário a uma única unidade de ensino num período de médio prazo, trará benefícios ou malefícios a experiência do estagiário em seu ato de formação?

Durante a construção do trabalho, verificou-se que nenhuma experiência é vivida em sua totalidade apenas com benefícios ou malefícios no processo. A hipótese tem uma resposta subjetiva, pois apesar de serem relatados alguns pontos negativos vividos através da experiência, verificou-se que a criação do vínculo entre estagiário e unidade escolar foi em grande parte do processo muito benéfica para ambas as partes.

O estudo contribui para a sociedade no sentido de expor que a realização dos estágios em uma única unidade escolar acabou sendo boa para ambas as partes envolvidas na ação. Dessa forma, instiga aos futuros estudantes-estagiários dos cursos de licenciatura na escolha por uma única unidade escolar para a realização dos estágios (quando possível), optando pela realização do processo em apenas uma unidade, pois a adaptação ao ambiente escolar ocorre mais facilmente quando realizada em um ambiente saudável, onde o estudante é bem recebido.

A impressão final que fica para mim enquanto estagiário e autor deste trabalho é a de que acertei ao optar por realizar todos os estágios em uma única escola, pois assim, eu não tive grandes dificuldades nas questões burocráticas (documentação), necessárias para realizar as atividades de estágio, e ainda pude construir uma relação de proximidade com a comunidade escolar em cada novo semestre no qual eu voltava para a unidade de ensino, e já me sentia familiarizado com o ambiente.



## REFERÊNCIAS

- Associação dos geógrafos brasileiros. **Nossa história**. AGB, 2020. Disponível em: <https://www.agb.org.br/agb/> acesso em: 13 out. 2020.
- AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. **Geografia, natureza e sociedade**. Ijuí-RS-BR: Ed. Unijuí, 2009. – 62 p.: il. – (Coleção educação a distância. Série livro-texto).
- BRASIL, Planalto – Governo Federal. **Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Planalto, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03\\_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm) acesso em: 04 nov. 2020.
- CALLAI, Helena Copetti. **A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino?** Terra Livre, v. 1, n. 16, p. 133-152, 2015.
- Disponível em: **Projeto Pedagógico do Curso de Geografia** – Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Universitário de Araguaína – 2009.
- Disponível em: **Relatório de estágio investigativo I, realizado no colégio estadual Guilherme Dourado em Araguaína-TO** – UFT – Araguaína – 2018 – Curso de licenciatura em Geografia. (Estudantes: Mayke Eduardo de Araujo e Willianny Lemos Silva).
- Disponível em: **Relatório de estágio investigativo II, realizado no colégio estadual Guilherme Dourado em Araguaína-TO** – UFT – Araguaína – 2018 – Curso de licenciatura em Geografia. (Estudantes: Mayke Eduardo de Araujo e Willianny Lemos Silva).
- Disponível em: **Relatório de estágio supervisionado no ensino fundamental, realizado no colégio estadual Guilherme dourado em Araguaína-TO** – UFT – Araguaína – 2019 – Curso de licenciatura em Geografia. (Estudantes: Mayke Eduardo de Araujo e Willianny Lemos Silva).
- Disponível em: **Relatório de estágio supervisionado no ensino médio, realizado no colégio estadual Guilherme dourado em Araguaína-TO** – UFT – Araguaína – 2019 – Curso de licenciatura em Geografia. (Estudantes: Mayke Eduardo de Araujo e Willianny Lemos Silva).
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; PICONEZ, Stela C. Bertholo. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1991. (Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico).
- FREITAS, Eduardo de. **O ensino da geografia no brasil ao longo da história**. Brasil escola, 2020. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacoes/o-ensino-geografia-no-brasil-ao-longo->

[historia.htm#:~:text=A%20trajet%C3%B3ria%20da%20Geografia%20como,II%20\(Rio%20de%20Janeiro\).&text=No%20ano%20de%201966%2C%20Yves,sua%20obra%20Geografia%20do%20Subdesenvolvimento](#) acesso em: 30 out. 2020.

Fundação Getúlio Vargas. **Concurso público – conhecendo o IBGE**. FGV, 2016. Disponível em:

[https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/concursos/ibge/conhecendo\\_o\\_ibge-retificado\(02\\_2016\)-6aretificacao.pdf](https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/concursos/ibge/conhecendo_o_ibge-retificado(02_2016)-6aretificacao.pdf) acesso em: 29 out. 2020.

Fundação Universidade Federal do Tocantins. **Estágios**. UFT, 2020. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/ensino/graduacao/estagios> acesso em: 31 out. 2020.

Fundação Universidade Federal do Tocantins. **Resolução do conselho de ensino, pesquisa e extensão (CONSEPE) N.º 20/2012**. UFT, 2012. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/nyT74OkVTFOuDEPDf7w38Q/content/20-2012%20-%20Est%C3%A1gios%20Curriculares%20N%C3%A3o-Obrigat%C3%B3rios.pdf> acesso em: 04 nov. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Linha do tempo – síntese da história do IBGE (1936-2016)**. IBGE, 2017. Disponível em:

<https://memoria.ibge.gov.br/images/memoria/linha-do-tempo/LinhaDoTempoSemImagem.pdf> acesso em: 29 out. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O IBGE**. IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html> acesso em: 29 out. 2020.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. Cortez Editora, 2018.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**/ Ruy Moreira. 1 ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"Importância da Geografia"**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/importancia-geografia.htm>. Acesso em 14 dez. 2020.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática**. Cadernos de pesquisa. São Paulo: USP; n. 94, p. 58-73, 1995.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; DE OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

Projeto Político Pedagógico – Colégio Estadual Guilherme Dourado de Araguaína-TO – 2017.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.129-144, 2000.

SOUSA, R. G. **Os jesuítas no Brasil**. Mundo educação, 2020. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/os-jesuitas-no-brasil.htm> acesso em: 15 dez. 2020.

TONINI, I. M. L.; et al. (Org.). **O ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Ufrgs, 2011.

Universidade Federal de Pelotas. **O que é projeto pedagógico do curso – PPC?** UFpel, 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/matematicadiurno/o-que-e-o-projeto-pedagogico-do-curso-ppc/> acesso em: 02 fev. 2021.